



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



INTERESSES DA INDÚSTRIA NA AMÉRICA DO SUL

INVESTIMENTOS

Brasília
2015

INTERESSES DA INDÚSTRIA NA AMÉRICA DO SUL

Investimentos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

Diretoria de Comunicação

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira

Diretor-Adjunto

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



INTERESSES DA INDÚSTRIA NA AMÉRICA DO SUL

INVESTIMENTOS

Brasília
2015

© 2015. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência-Executiva de Negociações Internacionais - NEGINT

FICHA CATALOGRÁFICA

C748i

Confederação Nacional da Indústria
Interesses da Indústria na América do Sul : Investimentos. – Brasília : CNI, 2015.
80 p. : il.

1. Investimentos. 2. América do Sul. I. Título.

CDU: 330.322

CNI

*Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília (DF)
Tel.: (61) 3317- 9000
Fax: (61) 3317- 9994
<http://www.cni.org.br>*

*Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br*



SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
Interesses da Indústria na América do Sul: Investimentos	11
1 Introdução	11
2 América do Sul como região de destino dos investimentos internacionais	13
3 China: um <i>newcomer</i> entre os investidores estrangeiros na América do Sul	21
3.1 Perfil dos investimentos chineses na região.....	22
3.2 Políticas de apoio aos investimentos chineses na América do Sul	30
3.3 Perspectivas do IED chinês na América do Sul	31
4 Investimentos brasileiros na América do Sul	33
4.1 Brasil como emissor de investimentos no exterior	33
4.2 Fluxos e estoques do investimento brasileiro na América do Sul	37
4.3 Posição dos investimentos brasileiros em países selecionados da região	47
4.4 Investimentos industriais brasileiros na América do Sul: número de projetos por países e modalidade do investimento	50

4.5 Síntese das principais conclusões desta seção	53
5 Pesquisa com empresas industriais brasileiras com investimentos na América do Sul: apresentação e análise dos resultados	57
5.1 Investimentos produtivos: trajetórias e caracterizações do quadro atual	57
5.2 Modalidades de investimento e suas motivações	59
5.3 Motivações domésticas e externas para o investimento produtivo na região	59
5.4 Competição e obstáculos nos países-alvo dos investimentos	60
5.5 Incentivos e benefícios dos investimentos na região para as empresas investidoras	62
5.6 Perspectivas e prioridades de política pública	62
5.7 Fatos estilizados sobre os resultados da pesquisa com investidores industriais na América do Sul	64
6 Conclusões.....	67
Referências	71
ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA JUNTO ÀS EMPRESAS.....	73



SUMÁRIO EXECUTIVO

Para a maioria das empresas brasileiras que decidiram internacionalizar sua produção, a América do Sul foi a opção geográfica preferida para a implantação da primeira subsidiária no exterior. De fato, 52% das empresas multinacionais brasileiras que participaram do *ranking* estabelecido pela Fundação Dom Cabral¹ em 2014 apontaram a América do Sul como a região de destino de seu primeiro investimento em subsidiária no exterior, ficando a América do Norte na segunda posição, com 33,3% do total.

A posição de destaque ocupada pela região no processo de internacionalização das empresas industriais brasileiras levou a CNI a desenvolver, em 2007, um conjunto de estudos em que buscavam identificar elementos para compor uma agenda de políticas públicas que contribuíssem para fomentar as exportações e os investimentos das empresas industriais na região.

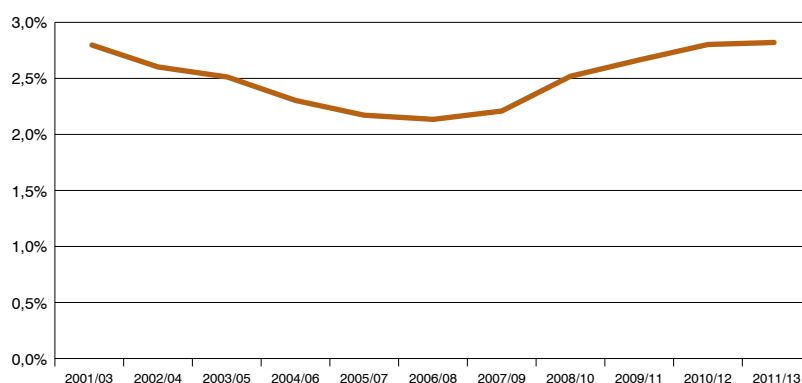
Passados oito anos do projeto inicial da CNI, o contexto sul-americano apresentou transformações importantes: aumentou a participação da região como destino dos investimentos diretos no mundo, aprofundou-se a fragmentação das estratégias de inserção internacional e dos modelos econômicos perseguidos pelos países da região. Como resultado, o desempenho macroeconômico e o grau de atratividade de cada uma das economias sul-americanas sofreram expressivas mudanças nesse período. Essas mudanças têm impactos sobre os interesses e as prioridades das empresas industriais brasileiras na região. Esse relatório tem o objetivo de atualizar a agenda de interesses e propostas de política da indústria brasileira para seus investimentos na América do Sul.

Entre 2000 e 2012, a América do Sul assistiu ao crescimento de sua participação como destino dos fluxos de investimentos externos no mundo. Essa participação que, em 2000, era de apenas 4%, atingiu, em 2012, 10,4%. Em 2013, registra-se uma pequena queda (para 9,2%), mas esse resultado isoladamente não compromete a tendência observada no período 2000/2012. Embora o Brasil tenha respondido por cerca de 50% dos investimentos externos recebidos pela América do Sul ao longo do período analisado, é notável o crescimento da participação de Chile, Colômbia e Peru nos fluxos totais de IED recebidos pela região. Em contraste, a Argentina registra, no período, forte queda de participação entre os países de destino do IED direcionado à região.

¹ A Fundação Dom Cabral publica anualmente, desde 2007, o *Ranking* das Multinacionais Brasileiras.

A participação do Brasil como investidor no estoque de investimentos diretos estrangeiros na América do Sul é bastante pequena e errática. Tomando-se a média móvel trienal entre 2000 e 2013, observa-se que os investimentos provenientes do Brasil representam apenas algo entre 2,1% e 2,8% do total do estoque de investimentos estrangeiros na região, exclusive Brasil. Apesar de reduzida, a participação brasileira que experimenta uma contração em meados da década passada, período de auge dos fluxos de IED mundial, recupera posições a partir da crise financeira internacional, tendo os percentuais mais elevados sido registrados no início e no final do período analisado, como se pode observar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO ESTOQUE DO IDE NA AMÉRICA DO SUL, EXCLUSIVE BRASIL, MÉDIA MÓVEL TRIENAL (%) – 2001/2013



Fontes: WIR 2014 & Banco Central do Brasil.

Um *newcomer* entre os investidores diretos na região é a China. De fato, é a partir de 2010 que a América do Sul parece entrar no radar dos investimentos chineses. Cerca de 90% dos investimentos diretos chineses feitos na região entre 2000/2011, o foram no biênio 2010/2011. Embora os investimentos de empresas privadas e em setores industriais venham crescendo nos últimos anos, os principais vetores de investimentos externos originários da China são as empresas estatais de setores como o de petróleo/petroquímica, energia e mineração. A lógica de expansão internacional destas empresas inclui considerações econômicas e comerciais, mas, também, traduz interesses e preocupações políticas do Estado chinês, principalmente relacionadas à segurança alimentar e energética.

O Brasil foi o principal destino dos investimentos chineses realizados entre 2010 e 2013, com 41% do total, seguido da Argentina (21,7%), Venezuela (11,7%), Equador (10,9%) e Peru (8,7%). Chama atenção a elevada participação, nos investimentos chineses na região, de três países aos quais os investidores associam elevado grau de risco político: Venezuela, Equador e Argentina.

Como os investimentos chineses na região têm como alvo principal setores de risco político mais elevado e como alguns dos principais parceiros estratégicos da China na região (Venezuela, Argentina e Equador) são países onde o risco regulatório e político é alto, o governo chinês concede financiamento a estes países muitas vezes vinculando-o à garantia de exportação plurianual de *commodities*. Aqui, os casos do Equador e da Venezuela são eloquentes. Tais países se destacam na região mais por sua participação nos financiamentos públicos originados na China do que por investimentos diretos daquele país.

Com a reorientação gradual do modelo chinês de crescimento – da ênfase nos investimentos e exportações para a prioridade ao consumo e aos serviços – é principalmente na dimensão dos investimentos externos e dos financiamentos chineses que se pode esperar novidades no relacionamento entre a China e a América do Sul.

A estes investimentos estarão associados financiamentos públicos que são distribuídos na região segundo uma lógica que combina interesses econômicos e convergências políticas. Há poucas razões para supor que estes critérios venham a se alterar nos próximos anos. Esses financiamentos chineses colocam novos desafios para as políticas públicas brasileiras, uma vez que desequilibram as condições de competitividade das empresas brasileiras que investem e operam nos países da região.

A China se consolidará como investidor externo relevante na região, mas a concentração das empresas chinesas em setores produtores e exportadores de *commodities* significa, para a indústria de transformação brasileira, que a competição chinesa com os produtos brasileiros nos mercados sul-americanos continuará a ter como origem o comércio, ou seja, a exportação da China em direção à região. Acordos entre a China e países sul-americanos, como o recentemente assinado com a Argentina, podem gerar novos fluxos de exportação chinesa para a região, com impactos negativos sobre a posição das empresas brasileiras nos mercados impactados por estes acordos.

Os IED brasileiros na região seguem um padrão de evolução que se aproxima muito mais daquele observado para os fluxos globais do que do padrão que caracteriza os investimentos chineses e isso tanto em termos de composição setorial quanto de países de destino dos investimentos. Embora setores intensivos em recursos naturais tenham peso não desprezível nos IED brasileiros na região, há uma razoável diversificação setorial nestes, dentro da indústria de transformação. Boa parte desta diversificação deriva do perfil de investimentos brasileiros na Argentina, já que, no caso dos outros países, os investimentos brasileiros mostram um grau maior de especialização setorial.

Em termos de direcionamento geográfico, observa-se – como no caso dos fluxos globais direcionados à América do Sul – crescimento do peso de Chile, Colômbia e Peru, de um lado, e perda de participação de Argentina e Venezuela, de outro.

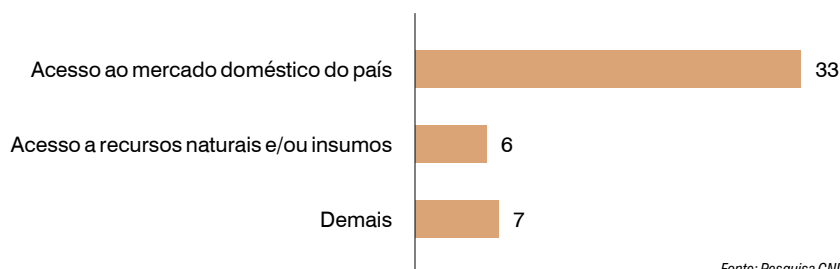
A Argentina e o Chile são os dois principais destinos dos investimentos externos brasileiros: o primeiro país apresenta tendência de queda como destino dos investimentos brasileiros, enquanto a participação do segundo em fluxos e estoque cresce. De acordo com informações de estoque extraídas do banco de dados do FMI, a participação do Chile já superaria a da Argentina nos últimos anos.

Os dados do Banco Central do Brasil mostram uma redução da participação da região como destino dos investimentos externos da indústria de transformação brasileira, entre 2007 e 2013, ao mesmo tempo em que aumenta substancialmente o peso da União Europeia. Esta evolução sugere que os investimentos da indústria de transformação para a América do Sul passaram a ser crescentemente canalizados por meio de *holdings* ou subsidiárias estabelecidas na União Europeia, sobretudo em países com legislação tributária favorecida.

A partir da pesquisa realizada junto a 16 empresas industriais, alguns fatos estilizados acerca dos investimentos produtivos do Brasil na América do Sul emergem com nitidez:

- A grande motivação das empresas para realizar investimentos produtivos em outros países da região é o acesso ao mercado de destino do investimento em condições competitivas, em um cenário de perda de competitividade das exportações brasileiras e dentro de uma estratégia de diversificação de riscos. Acesso a insumos é, para as empresas de setores intensivos em recursos naturais, a principal motivação. Especialmente no caso de investimentos na Argentina, a superação de barreiras comerciais também funcionou como estímulo ao investimento brasileiro.

GRÁFICO 2 – PRINCIPAL MOTIVAÇÃO EXTERNA PARA OS PROJETOS DE IED NA REGIÃO (POR NÚMERO DE PROJETOS)

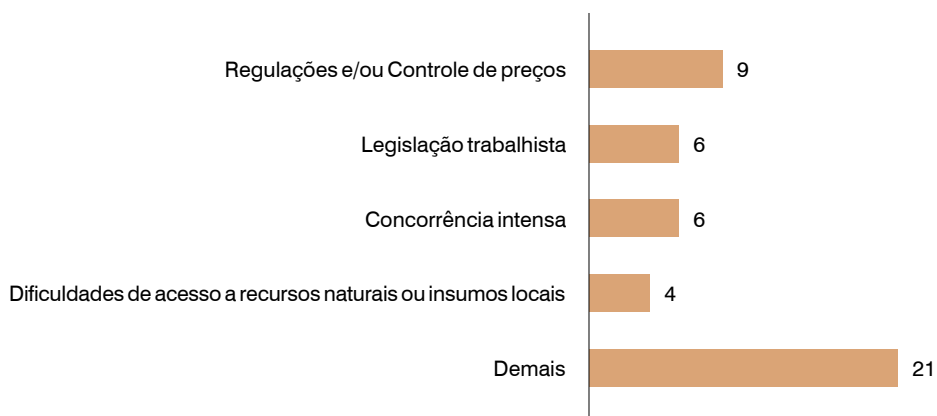


Fonte: Pesquisa CNI com 16 empresas industriais.

Obs.: O número à direita de cada barra corresponde ao total de assinalações daquela opção entre as três principais.

- A Argentina ainda é o principal mercado de destino dos investimentos produtivos brasileiros na região e, em muitos casos, é a “porta de entrada” da internacionalização das empresas na América do Sul. Diversas empresas do grupo pesquisado já acumulam experiência relativamente longa na Argentina, tendo convivido com oscilações significativas no cenário econômico e político local.
- Apesar da relevância argentina para os investimentos brasileiros, está em curso processo de diversificação geográfica do destino dos investimentos, que vai além do Chile – segundo principal destino das inversões brasileiras na região, em meados da década passada – e inclui o Peru, a Colômbia, o Uruguai e, com menor intensidade, o Paraguai.
- O ambiente político e regulatório na região constitui o principal obstáculo para os IED e para a operação de empresas brasileiras nos países sul-americanos. Entre os obstáculos enfrentados pelas empresas em seus investimentos e nas operações em países da região, o principal ficou por conta da regulação e/ou o controle de preços, resultado certamente correlacionado à presença de número importante de investimentos na Argentina.
- A legislação trabalhista nos países de destino também foi identificada como um dos principais obstáculos aos investimentos e operações das empresas brasileiras, ao lado da elevada concorrência nos mercados visados pelo investimento – no caso, trata-se quase que exclusivamente de Chile, Colômbia e Peru – e das dificuldades de acesso a recursos naturais, burocracia para obtenção de licenças e resistências de comunidades locais etc.

GRÁFICO 3 – PRINCIPAL OBSTÁCULO ENCONTRADOS PELAS EMPRESAS NOS PAÍSES DE DESTINO DO IED (POR NÚMERO DE PROJETOS)

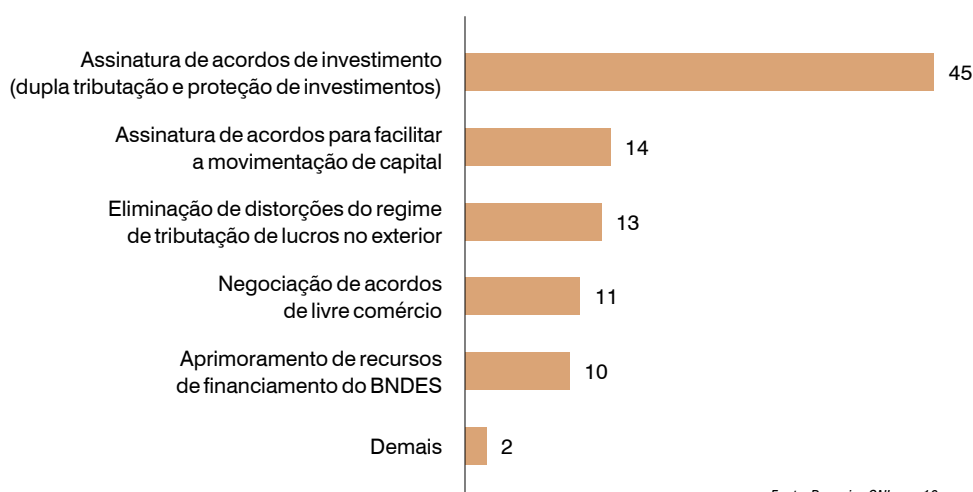


Fonte: Pesquisa CNI com 16 empresas industriais.

Obs.: O número à direita de cada barra corresponde ao total de assinalações daquela opção entre as três principais.

- A experiência com ambientes políticos e econômicos complexos em países da região (não apenas na Argentina) e a trajetória de diversificação geográfica dos investimentos produtivos brasileiros são dois fatores que parecem ter impactado as percepções e a agenda das empresas com investimentos produtivos na região.
- No que se refere ao primeiro deles – a experiência com ambientes em que o risco político é elevado – alguns temas ganham destaque na agenda das empresas brasileiras. Em primeiro lugar, a prioridade que adquirem as negociações de acordos de proteção de investimento e de liberalização dos movimentos de capital. Esses temas ocupavam posição nitidamente menos importante em pesquisas anteriores realizadas pela CNI acerca da agenda de interesses dos investidores brasileiros no exterior (CNI, 2013). Os acordos de proteção de investimentos receberam praticamente o mesmo número de assinalações que os acordos para evitar a dupla tributação na pesquisa atual.
- Em segundo lugar, a relevância atribuída a obstáculos ao investimento relacionados às regulações domésticas nos países receptores e às dificuldades de relacionamento com *stakeholders* locais – dos entes públicos às comunidades afetadas pelos investimentos.

GRÁFICO 4 – PRIORIDADES DE POLÍTICA NO BRASIL PARA ESTIMULAR IED NA REGIÃO – RANKING DAS TRÊS PRINCIPAIS PRIORIDADES



Fonte: Pesquisa CNI com 16 empresas industriais.

Obs.: O número à direita de cada barra corresponde ao total de assinalações daquela opção entre as três principais.

- O segundo fator apontado – a diversificação geográfica dos investimentos – também parece moldar as percepções e a agenda dos investidores brasileiros na região. Aqui, as dificuldades associadas à concorrência acirrada enfrentada pelas empresas em mercados mais abertos ao comércio internacional e em que o Brasil não tem preferências comerciais *vis-à-vis* de seus concorrentes diretos trazem um novo elemento que não aparecia com relevância quando os investimentos estavam mais concentrados na Argentina. É o que ocorre nos países da Aliança do Pacífico.
- A diversificação também se associa, embora não majoritariamente, à motivação de acessar terceiros mercados a partir de exportações geradas pelo projeto de investimento em países com rede extensa de acordos comerciais.



INTERESSES DA INDÚSTRIA NA AMÉRICA DO SUL: INVESTIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Para a maioria das empresas brasileiras que decidiram internacionalizar sua produção, a América do Sul foi a opção geográfica preferida para a implantação da primeira subsidiária no exterior. De fato, 52% das empresas multinacionais brasileiras que participam do *ranking* estabelecido pela Fundação Dom Cabral² em 2014 apontaram a América do Sul como a região de destino de seu primeiro investimento em subsidiária no exterior, ficando a América do Norte na segunda posição, com 33,3% do total.

A posição de destaque ocupada pela região no processo de internacionalização das empresas industriais brasileiras levou a CNI a desenvolver, em 2007, um conjunto de estudos em que buscava identificar elementos para compor uma agenda de políticas públicas que contribuíssem para fomentar as exportações e os investimentos das empresas industriais na região. Um dos estudos – voltado para identificar os interesses das empresas com investimentos na América do Sul³ – identificava na Argentina e no Chile os dois principais mercados de destino dos investimentos de empresas industriais nos primeiros anos do século: acesso a mercados em crescimento e estabilidade de regras atuavam como principais atrativos para os investimentos industriais brasileiros na região.

Outros trabalhos, à mesma época, aprofundaram o conhecimento acerca de motivações, incentivos e obstáculos para os investimentos brasileiros na região. Ribeiro e Lima (2008) mapearam os principais investimentos na região e as empresas por eles responsáveis, buscando identificar os principais fatores domésticos e externos que motivam o investimento brasileiro na região. O trabalho apresenta recomendações de política pública dirigidas ao governo brasileiro.

Já o trabalho de Rios e Iglesias (2008) discute as percepções e reações suscitadas pelos investimentos brasileiros em cinco países andinos. O trabalho faz um extenso mapeamento de políticas públicas de atração de investimentos externos existentes nestes países e dedica-se à análise de percepções, especialmente entre *stakeholders* locais – mas, também, entre os investidores brasileiros – acerca das características (e da qualidade) das relações e interações entre a empresa investidora brasileira e o país que recebe o investimento.

² A Fundação Dom Cabral publica anualmente, desde 2007, o *Ranking* das Multinacionais Brasileiras.

³ CNI (2007) – Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior.

Passados oito anos do projeto inicial da CNI, o contexto sul-americano apresentou transformações importantes: aprofundou-se a fragmentação das estratégias de inserção internacional e dos modelos econômicos perseguidos pelos países da região. Como resultado, o desempenho macroeconômico e o grau de atratividade de cada uma das economias sul-americanas sofreram expressivas mudanças nesse período. Essas mudanças têm impactos sobre os interesses e as prioridades das empresas industriais brasileiras na região. Esse relatório tem o objetivo de atualizar a agenda de interesses e propostas de política da indústria brasileira para a América do Sul.

Um aspecto comum aos trabalhos dedicados ao estudo dos investimentos no exterior é a dificuldade para lidar com um tema – a evolução e as características dos fluxos e estoques de investimentos internacionais – em que os dados estatísticos são insuficientes ou marcados por diversos tipos de viés. No caso dos fluxos bilaterais de investimento, o problema se agrava, uma vez que as informações sobre origens e destinos dos investimentos sofrem distorções geradas pelo fato de que as rotas percorridas pelos fluxos de capitais muitas vezes envolvem escalas em mais de um país, tornando difícil a identificação do seu destino final, bem como de sua origem inicial.

As informações disponíveis nos bancos de dados internacionais sobre fluxos de investimentos diretos não permitem a identificação com precisão do país de origem do investimento bem como do país de destino final. Para contornar este problema, alguns destes trabalhos – recorrem a distintas fontes de dados – que não necessariamente dialogam entre elas – e a pesquisas de campo junto a empresas com investimentos na região. Este recurso não supre a carência de dados estatísticos, mas atenua seus impactos sobre a geração de conhecimento acerca de características e tendências dos fluxos de investimentos internacionais.

Essa dificuldade levou o FMI a desenvolver recentemente uma base de dados para consolidar informações sobre tais fluxos, que representa uma contribuição importante, mas não preenche integralmente as lacunas, faltando, por exemplo, informações sobre os investimentos chineses no exterior. No presente trabalho, recorre-se a diversas fontes de dados e a uma pesquisa (por meio de questionário) junto a empresas industriais brasileiras com investimentos no exterior.

Este relatório está organizado em seis seções, além desta Introdução. A segunda seção tem como foco a América do Sul como região de destino dos investimentos internacionais, identificando características e tendências dos investimentos direcionados à região (exclusive Brasil). A terceira seção introduz um tema emergente e que se tornará cada vez mais relevante para o Brasil e seu setor industrial: o crescimento dos investimentos chineses na América do Sul. A partir da quarta seção, o relatório trata especificamente dos investimentos brasileiros na América do Sul, analisando, nessa seção, os fluxos e estoques por países de destino e por setores, tema que é aprofundado em seguida ao se avaliar a posição dos investimentos brasileiros em países selecionados da região. Ainda nesta seção recorre-se a uma fonte de dados não oficiais – o IndexInvest, publicado trimestralmente pelo Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento – CINDES – para mapear projetos de investimento industrial de empresas brasileiras na região a partir de 2007.

A quinta seção traz os resultados da pesquisa realizada junto a empresas industriais, buscando identificar suas trajetórias de internacionalização produtiva na região, motivações, incentivos e obstáculos encontrados ao longo do processo, benefícios auferidos e prioridades na agenda de política pública. A sexta seção apresenta as principais conclusões e recomendações de política para estimular os investimentos diretos de empresas brasileiras na América do Sul.



2. AMÉRICA DO SUL COMO REGIÃO DE DESTINO DOS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

Entre 2000 e 2012, a América do Sul assiste ao crescimento de sua participação como destino de investimentos externos no mundo. Essa participação que, em 2000, era de apenas 4%, atinge, em 2012, 10,4%. Em 2013, registra-se uma pequena queda (para 9,2%), mas este resultado isoladamente não compromete a tendência observada no período 2000/2012 (Tabela 1). O crescimento da participação brasileira nos fluxos mundiais de IED recebidos é um dos fatores que sustentam a tendência ao aumento do peso da região como destino dos investimentos externos, mas não é o único.

TABELA 1 – FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO RECEBIDO POR PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E EM DESENVOLVIMENTO
ANOS SELECIONADOS (EM MILHÕES US\$ E %)

	2000		2005		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	10.418,3	0,7	5.265,3	0,5	11.332,7	0,8	10.719,9	0,6	12.116,0	0,9	9.082,0	0,6
Bolívia	736,4	0,1	(287,8)	(0,0)	642,9	0,0	858,9	0,1	1.060,0	0,1	1.749,6	0,1
Brasil	32.779,2	2,3	15.066,3	1,5	48.506,5	3,4	66.660,1	3,9	65.271,9	4,9	64.045,3	4,4
Chile	4.860,0	0,3	7.096,9	0,7	15.725,2	1,1	23.443,9	1,4	28.541,7	2,1	20.258,2	1,4
Colômbia	2.436,5	0,2	10.252,0	1,0	6.746,2	0,5	13.405,5	0,8	15.529,0	1,2	16.771,7	1,2
Equador	(23,4)	(0,0)	493,4	0,0	163,0	0,0	643,6	0,0	584,6	0,0	702,8	0,0
Guiana	67,1	0,0	76,8	0,0	198,0	0,0	246,8	0,0	276,1	0,0	240,3	0,0
Paraguai	97,9	0,0	35,5	0,0	215,9	0,0	557,0	0,0	479,5	0,0	382,4	0,0
Peru	809,7	0,1	2.578,7	0,3	8.454,6	0,6	8.232,6	0,5	12.239,7	0,9	10.172,3	0,7
Suriname	(148,0)	(0,0)	27,9	0,0	(247,7)	(0,0)	69,8	0,0	61,7	0,0	112,8	0,0
Uruguai	273,5	0,0	847,4	0,1	2.289,1	0,2	2.504,1	0,1	2.687,3	0,2	2.796,1	0,2
Venezuela	4.701,0	0,3	2.589,0	0,3	1.849,0	0,1	3.778,0	0,2	3.216,0	0,2	7.040,0	0,5
América do Sul	57.053,4	4,0	44.041,3	4,4	95.875,4	6,7	131.120,4	7,7	142.063,3	10,7	133.353,6	9,2
América do Sul (exceto Brasil)	24.274,2	1,7	28.975,0	2,9	47.369,0	3,3	64.460,2	3,8	76.791,5	5,8	69.308,2	4,8
Países em Desenvolvimento	266.644,3	18,8	341.428,3	34,3	648.207,6	45,6	724.839,9	42,6	729.449,2	54,8	778.372,4	53,6
Mundo	1.414.999,4	100,0	996.713,8	100,0	1.422.254,8	100,0	1.700.082,4	100,0	1.330.272,9	100,0	1.451.964,7	100,0

Fonte: World Investment Report, 2014.

De fato, embora o Brasil tenha respondido, no período coberto pela Tabela 1, por cerca de 50% dos investimentos externos recebidos pela América do Sul, é notável o crescimento da participação de Chile, Colômbia e Peru nos fluxos globais de IED recebidos. Em 2000, estes três países respondiam por 0,6% dos fluxos mundiais de IED recebidos, passando, em 2012, a representar 4,2% desse total. Dentro da região, esses três países foram responsáveis, em 2012, por 39% dos fluxos de IED recebidos. Portanto, somando-se sua participação regional à do Brasil, tem-se que, em 2012, esses quatro países representaram 85% dos fluxos de IED recebidos⁴.

A Argentina mantém seu nível de participação do início do século nos fluxos globais de IED, mas perde posições no que se refere à América do Sul. De fato, em 2000, o país respondia por 17,5% dos fluxos de IED direcionados à região (e a 41%, se excluído o Brasil), enquanto em 2012, ele recebia apenas 8,4% do IED direcionado à região (e a 15,5%, excluindo-se o Brasil).

No que diz respeito aos estoques de IED recebidos nos países da América do Sul, a Tabela 2 traz algumas informações relevantes. A principal delas certamente é a evolução contrastante registrada por dois grupos de países. O primeiro grupo vê os estoques de IED recebidos apresentarem grande crescimento, levando ao aumento de sua participação no total da região, especialmente quando se exclui o Brasil (que tem, ele mesmo, excelente desempenho no período analisado). Trata-se de Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, que, juntos, respondiam, em 2001, por 35,5% do IED recebido pela região (exclusive Brasil), participação que alcança 68,2%, em 2012. Na realidade, em 2012, o Chile sozinho respondia pelo mesmo percentual de participação dos quatro países juntos em 2001. Já os outros três países pelo menos duplicaram sua participação no estoque de IED recebido pela região (exclusive Brasil), entre 2001 e 2012.

O segundo grupo de países reúne Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela e teve resultados opostos aos obtidos pelo primeiro grupo. Estes países veem sua participação conjunta reduzir-se a praticamente 1/3 do total (exclusive Brasil) e o caso mais notável é certamente o da Argentina, que, em 2001, respondia por 39% do estoque da região (fora Brasil), participação que cai para 19%, em 2012. Na realidade, a queda de participação argentina ocorre principalmente entre 2001 e 2005 (quando o estoque de IED registra queda significativa em números absolutos e a participação do país se reduz de 39% para 22%), mas não se detém depois de 2005, prosseguindo, embora a um ritmo menor. No caso da Venezuela, a redução na participação também impressiona, já que o país detinha, em 2001, 19% do estoque de IED recebido pela região (excluído o Brasil), passando, em 2012, a responder por apenas 8,4% deste total. Equador e Bolívia, países que detêm pequenos estoques de IED recebidos, também assistem a reduções superiores a 50% em sua participação no total da região, entre 2001 e 2012.

⁴ Em 2013, o Chile registra uma queda importante em sua participação, mas essa parece haver sido uma tendência observada em vários países da região, inclusive no Brasil.

TABELA 2 – ESTOQUE DE IDE RECEBIDO PELOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL
ANOS SELECIONADOS (EM MILHÕES DE US\$ E %)

	2001		2005		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	79.504	24,3	55.139	12,8	112.219	8,4
Bolívia	5.893	1,8	4.905	1,1	8.809	0,7
Brasil	121.949	37,3	181.344	42,1	745.089	55,9
Chile	43.482	13,3	78.599	18,2	206.021	15,6
Colômbia	15.377	4,7	36.903	8,6	112.069	8,4
Equador	6.876	2,1	9.861	2,3	13.083	1
Paraguai	1.016	0,3	1.127	0,3	4.808	0,4
Peru	11.835	3,6	15.889	3,7	63.448	4,8
Uruguai	2.406	0,7	2.844	0,7	17.547	1,3
Venezuela	39.074	11,9	44.518	10,3	49.079	3,7
América do Sul	327.412	100	431.129	100	1.332.172	100
América do Sul (exceto Brasil)	205.463	62,7	249.785	57,9	587.083	44,1

Fonte: CEPAL

Os países sul-americanos são eminentemente receptores de IED, como se pode observar na Tabela 3, pela comparação entre dados de fluxos de entrada e saída de IED nesses países. No triênio 2011/2013, para sete países da região (o Brasil entre eles), a relação percentual entre fluxos de saída e de entrada de IED era negativa e/ou próxima de zero.

Apenas Chile, Colômbia e Venezuela registraram, no triênio, razões entre saídas e entradas significativas. Isso é especialmente verdadeiro no caso do Chile (74%), que – junto com a Colômbia – tem, entre os triênios 1990/1992 e 2011/2013, um crescimento impressionante no que se refere aos investimentos de suas empresas no exterior. No caso da Venezuela, a razão já era elevada, em 1990/1992, reduzindo-se no início do século, para voltar aos níveis anteriores em 2011/2013⁵.

Se os países sul-americanos ainda são essencialmente destinos de fluxos de IDE, a contribuição dos fluxos de IED recebidos para a taxa de investimento das economias da região é relativamente elevada (Tabela 3). É o que se pode deduzir da comparação entre as razões entradas de IED/formação bruta de capital fixo (FBCF) observadas na região e nos países em desenvolvimento como um todo, bem como no mundo.

⁵ Na esfera microeconômica, o nível elevado de investimentos no exterior registrado, no período recente, por Chile e Colômbia se traduz como expansão das atividades de empresas transnacionais originárias destes países. De acordo com o *ranking* 2014 de “translatinas”, elaborado por América Economia, o Chile está representado por 16 empresas e a Colômbia por 10 entre as 100 maiores transnacionais da América Latina (o que inclui as 26 mexicanas incluídas no *ranking*).

TABELA 3 – FLUXOS DE ENTRADA E SAÍDA DE INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS – PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E EM DESENVOLVIMENTO
TRIÊNIOS SELECIONADOS (EM MILHÕES US\$ E %)

	1990-1992			2000-2002			2011-2013		
	Entrada	Saída	% S/E	Entrada	Saída	% S/E	Entrada	Saída	% S/E
Argentina	2.901,99	416,73	14,4%	4.911,12	144,92	3,0%	10.639,31	1.254,95	11,8%
Bolívia	94,93	1,70	1,8%	706,25	2,50	0,4%	1.222,84	0,00	0,0%
Brasil	1.384,00	592,10	42,8%	23.942,27	835,37	3,5%	65.325,77	-2.448,74	-3,7%
Chile	806,20	176,87	21,9%	3.869,93	1.979,83	51,2%	24.081,27	17.835,02	74,1%
Colômbia	561,87	38,08	6,8%	2.370,70	399,41	16,8%	15.235,38	5.116,70	33,6%
Equador	154,74	2,47	1,6%	432,80	0,02	0,0%	643,68	37,66	5,9%
Guiana	55,62	-0,55	-1,0%	55,57	0,78	1,4%	254,41	0,00	0,0%
Paraguai	89,71	12,26	13,7%	57,83	5,67	9,8%	472,96	0,00	0,0%
Peru	-14,97	19,90	-133,0%	1.369,93	24,80	1,8%	10.214,87	63,79	0,6%
Suriname	-37,53	0,00	0,0%	-82,80	0,00	0,0%	81,43	-0,77	-0,9%
Uruguai	28,39	0,00	0,0%	254,68	6,45	2,5%	2.662,50	-9,34	-0,4%
Venezuela	982,26	239,67	24,4%	3.055,33	583,67	19,1%	4.678,00	1.157,00	24,7%
América do Sul	7.007,22	1.499,23	21,4%	40.964,65	3.983,42	9,7%	135.512,42	23.006,28	17,0%
Total PED	42.781,83	15.608,90	36,5%	221.710,40	94.601,21	42,7%	744.220,50	438.937,48	59,0%
Total Mundo	176.986,13	215.148,68	121,6%	960.502,56	842.717,76	87,7%	1.494.106,67	1.489.711,25	99,7%

Fonte: World Investment Report, 2014.

No triênio 2000/2002, a contribuição dos fluxos de IED recebidos para a taxa de investimento das economias sul-americanas era de 19,7% contra 13,3% no caso do conjunto de países em desenvolvimento e 12,3% no mundo. No triênio 2011/2013, essa taxa de contribuição cai nos três casos, mas ela ainda se mantém para a América do Sul muito acima da que se observa para os países em desenvolvimento e o mundo.

Dentro da região, o que a Tabela 4 mostra é duas trajetórias divergentes nas taxas nacionais de contribuição do IED recebido ao investimento. De um lado, essa taxa se contrai – e de forma muito significativa – em países tão heterogêneos quanto Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Não por acaso, estes são, à exceção do Brasil, países que adotaram, na primeira década do século, políticas refratárias ao investimento externo, levando, inclusive, a cabo, desapropriações de ativos estrangeiros.

De outro lado, estão Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, países em que a contribuição do IED recebido à taxa de investimento das economias cresce, em geral com força. Também nesse caso é impossível não relacionar o desempenho dos países como destino de IED às políticas de atração de investimentos externos que predominaram durante a primeira década do século.

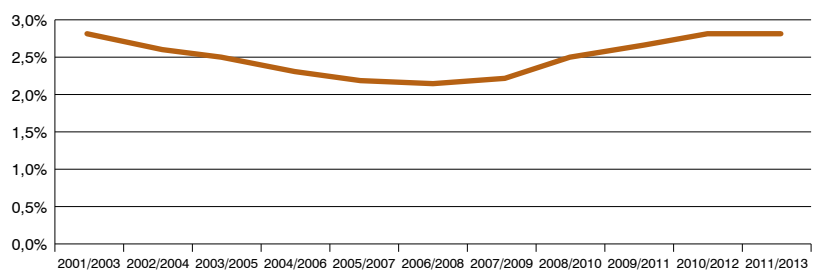
TABELA 4 – FLUXOS DE ENTRADA DE IDE COMO % DA FBCF
(TRIÊNIO SELECIONADOS 2000/2013)

	2000/2002	2011/2013
	Valor	Valor
Argentina	15,3	10,3
Bolívia	55,3	24,2
Brasil	24,7	15,2
Chile	24,2	38,7
Colômbia	15,7	17,6
Equador	8,0	2,7
Guiana	20,2	37,1
Paraguai	4,9	11,1
Peru	13,5	18,9
Suriname	(15,9)	4,1
Uruguai	10,1	25,1
Venezuela	11,8	6,8
América do Sul	19,7	15,9
Total PED	13,3	9,4
Total Mundo	12,3	8,8

Fonte: World Investment Report, 2014.

A participação do Brasil no estoque de investimentos diretos estrangeiros na América do Sul é bastante pequena e errática. Tomando-se a média móvel trienal entre 2000 e 2013, observa-se que os investimentos provenientes do Brasil representam apenas algo entre 2,1% e 2,8% do total do estoque de investimentos estrangeiros na região. Apesar de reduzida, a participação brasileira que experimenta uma contração em meados da década passada, período de auge dos fluxos de IED mundial, recupera posições a partir da crise financeira internacional, tendo os percentuais mais elevados sido registrados no início e no final do período analisado, como se pode observar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO ESTOQUE DE IDE NA AMÉRICA DO SUL, EXCLUSIVE BRASIL, MÉDIA MÓVEL TRIENAL (%) – 2001/2013



Fontes: WIR 2014 & Banco Central do Brasil.



3. CHINA: UM *NEWCOMER* ENTRE OS INVESTIDORES ESTRANGEIROS NA AMÉRICA DO SUL

Nenhuma região do mundo ficou imune à ascensão da China ao *status* de potência econômica global. Para os países da América do Sul, os impactos da emergência chinesa na primeira década do século foram importantes e se manifestaram nos planos macroeconômico e da estrutura da economia.

O comércio bilateral foi o principal canal de transmissão dos efeitos da emergência da China sobre a América do Sul. Esse país se tornou o primeiro ou segundo parceiro comercial de diversas economias da região (Brasil, Chile e Peru) e o aumento dos preços das *commodities* exportadas pela região ensejou uma forte melhoria dos termos de troca dessas economias.

Um efeito colateral – mas importante – desse processo para a indústria brasileira foi o aumento da concorrência com produtos chineses nos mercados sul-americanos, destino relevante para as exportações de manufaturados brasileiros.

As respostas de política dos países sul-americanos à ascensão da China foram divergentes: Chile e Peru partiram para a negociação de acordos de livre comércio com a China e outros países asiáticos, logrando concluí-los em poucos anos. Mais recentemente estes mesmos países se engajaram na negociação do *Trans-Pacific Partnership*, no que se poderia interpretar como uma “resposta de segunda geração” à ascensão chinesa. A Argentina, que em um primeiro momento buscou, como o Brasil, proteger sua indústria com medidas de defesa comercial e elevação de tarifas, terminou por assinar, em 2014, um conjunto de acordos de cooperação com o governo chinês, suscitando preocupações sobre eventuais implicações para o Brasil.

O ano de 2010 marca o início de uma nova etapa no relacionamento econômico entre a China e a América do Sul. O traço distintivo desta segunda fase das relações econômicas entre a China e os países sul-americanos é a relevância que adquirem os investimentos diretos chineses na região, pouco presentes na primeira década do século.

Assim como no comércio, a maior presença de investimentos chineses nos demais países da América do Sul suscita debates e traz novos desafios para os interesses brasileiros na região.

3.1 PERFIL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA REGIÃO

A América do Sul parece ter demorado a entrar no radar dos investimentos externos chineses, uma vez que, já em 2000, a China havia adotado oficialmente a estratégia de *Going Global* para promover os investimentos de suas empresas no exterior, distanciando-se da tradição de restringir fortemente este tipo de estratégia empresarial.

Embora os investimentos de empresas privadas venham crescendo nos últimos anos, os principais vetores de investimentos externos originários da China são as empresas estatais de setores como o de petróleo/petroquímica, energia e mineração. A lógica de expansão internacional destas empresas parece incluir considerações econômicas e comerciais, mas, também, traduz interesses e preocupações políticas do Estado chinês, principalmente relacionadas à agenda de segurança alimentar e energética.

Trata-se, portanto, essencialmente, de investimentos motivados pelo objetivo de obter acesso a recursos naturais, outras motivações – como o acesso aos mercados domésticos dos países da região – podendo também estar presentes em investimentos de setores industriais, mas com peso muito menor do que aquelas orientadas pelo que se denomina a *resource diplomacy* promovida pelo Estado chinês⁶.

Os investimentos chineses orientados para garantir acesso aos recursos naturais voltaram-se, num primeiro momento, para a África e a Austrália. De acordo com dados do Ministério do Comércio da China (MOFCOM), em 2008 a distribuição regional do estoque de IED chinês no exterior – descontados os investimentos dirigidos a Hong Kong e a paraísos fiscais – mostrava forte concentração na Ásia e Oceania (51,6%), seguida da África (21%). A América Latina respondia apenas por 3,8% do total (SOBEET, 2010).

Mas, a partir de 2010, a América do Sul parece entrar no radar dos investimentos chineses. Assim, 88% dos investimentos diretos chineses feitos na região entre 2000/2011, o foram no biênio 2010/2011. Esse biênio foi o período de maior concentração de investimentos diretos chineses na América do Sul, mesmo quando se inclui os anos 2012/2013.

Entre 2010 e 2013, os projetos de investimentos chineses na região geraram fluxos de quase US\$ 68 bilhões (Tabela 5), segundo o banco de dados da Heritage Foundation. Nesse período, a América do Sul foi o destino de 13,2% dos investimentos externos de empresas chinesas (7,8%, se excluído o Brasil). Estes investimentos são feitos, em grande medida, por empresas estatais chinesas: dois terços do investimento chinês na região, entre 2001 e 2011, foram realizados por dez grandes empresas estatais.

O Brasil foi o principal destino dos investimentos realizados entre 2010 e 2013, com 41% do total, seguido da Argentina (21,7%), Venezuela (11,7%), Equador (10,9%) e Peru (8,7%). Chama atenção a elevada participação, nos investimentos chineses na região, de três países aos quais os investidores associam elevado grau de risco político: Venezuela, Equador e Argentina. Estes três países respondem juntos por 75% dos investimentos chineses na região – excluindo-se o Brasil – entre 2010 e 2013.

⁶ Referindo-se às motivações políticas para a adoção, pela China, de uma “diplomacia de recursos naturais”, Beeson *et alii* (2013), observam que é importante “entender porque o governo (chinês) é tão preocupado com a segurança de recursos e nervoso em relação a confiar nas forças de mercado. As projeções sobre a demanda futura de energia são francamente alarmantes por um regime que se apoia pesadamente na “legitimidade de desempenho” para exercer sua autoridade”. Segundo estes autores, a segurança de recursos naturais tornou-se tão importante para a China que ela está redesenhando a sua política externa.

TABELA 5 – FLUXO DE INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL 2010/2013

	2010		2011		2012		2013		2010/2013	
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%
Argentina	9.050,0	29,5	2.790,0	20,4	-	-	2.940,0	19,1	14.780,0	21,7
Bolívia	-	-	-	-	-	-	490,0	3,2	490,0	0,7
Brasil	13.160,0	42,9	8.560,0	62,7	3.270,0	39,7	2.900,0	18,8	27.890,0	41,0
Chile	-	-	-	-	190,0	2,3	1.360,0	8,8	1.550,0	2,3
Colômbia	-	-	240,0	1,8	980,0	11,9	-	-	1.220,0	1,8
Equador	3.850,0	12,5	680,0	5,0	-	-	2.880,0	18,7	7.410,0	10,9
Guiana	-	-	140,0	1,0	610,0	7,4	-	-	750,0	1,1
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	2.500,0	8,1	-	-	-	-	3.420,0	22,2	5.920,0	8,7
Suriname	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	2.150,0	7,0	1.240,0	9,1	3.190,0	38,7	1.400,0	9,1	7.980,0	11,7
América do Sul	30.710,0	100,0	13.650,0	100,0	8.240,0	100,0	15.390,0	100,0	67.990,0	100,0
América do Sul (exceto Brasil)	17.550,0		5.090,0		4.970,0		12.490,0		40.100,0	
Mundo	123.410,0		112.130,0		133.950,0		144.300,0		513.790,0	

Fonte: The Heritage Foundation.

Em termos setoriais, o peso dos investimentos chineses na região em energia (petróleo, inclusive) é o que mais chama a atenção na Tabela 6, referente ao período 2010/2013. De fato, 2/3 desses investimentos dirigem-se a tal setor, sendo que em vários países, como Chile, Colômbia, Equador e Venezuela o peso do setor energia nos investimentos chineses recebidos é maior do que a já elevada média regional. Os investimentos chineses no mundo também se concentram no setor energético (49% do total, em 2010/2013), mas a média sul-americana supera amplamente a mundial.

Em contrapartida, a América do Sul está sub-representada no setor de transporte, que responde, no período, por apenas 7,4% dos investimentos chineses na região, contra 15% dos investimentos chineses no mundo.

TABELA 6 – FLUXO ACUMULADO DE INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL POR SETORES, PARTICIPAÇÃO (%) DE CADA PAÍS 2010/2013

	Mineração	Transporte	Construção Imobiliária	Agricultura	Serviços Financeiros	Energia	Outros	Total
Argentina	-	17,86	-	10,22	5,28	59,81	6,83	100,00
Bolívia	-	38,78	-	-	-	-	61,22	100,00
Brasil	11,29	4,48	3,08	6,20	4,37	69,31	1,25	100,00
Chile	-	-	-	-	-	100,00	-	100,00
Colômbia	-	-	-	-	-	100,00	-	100,00
Equador	27,53	-	-	-	-	72,47	-	100,00
Guiana	13,33	18,67	-	-	-	68,00	-	100,00
Paraguai								
Peru	42,23	-	-	13,85	-	43,92	-	100,00
Suriname								
Uruguai								
Venezuela	5,14	9,77	-	3,63	-	75,69	5,76	100,00
América do Sul	12,06	7,35	1,26	6,40	2,94	66,86	3,12	100,00
América do Sul (exceto Brasil)	12,59	9,35	-	6,53	1,95	65,16	4,41	100,00
Mundo	10,91	14,99	11,21	5,02	1,72	48,96	7,19	100,00

Fonte: The Heritage Foundation.

Dentro da região, além da concentração (superior à média regional) em energia observada nos quatro países acima citados, registre-se o peso – superior às médias regional e mundial observada para os investimentos chineses – dos investimentos em mineração no Peru e no Equador (respectivamente, 42% e 27,5% dos totais recebidos pelos dois países, contra 12% do total regional e 11% do total mundial), em infraestrutura de transporte e agricultura, na Argentina, e em agricultura no Peru.

Portanto, ao se analisar os investimentos chineses na região, constata-se, além de relativa concentração em quatro países (Argentina, Brasil, Equador e Venezuela) uma “especialização” setorial destes em energia (petróleo, inclusive) e, em menor grau, em mineração e agricultura – setores que têm peso menor que energia no total dos investimentos chineses no mundo. A mineração é o segundo setor em importância e tem peso nitidamente superior à média regional e global no Peru e no Equador.

Os Quadros 1 e 2 a seguir listam, respectivamente, os 50 maiores investimentos chineses na América do Sul, entre 2010 e 2013, e os 10 maiores investimentos chineses na região, ano a ano, neste quadriênio.

No Quadro 1 observa-se que 8 dos 10 maiores investimentos no período 2010/2013 foram feitos no setor de energia, que também responde por 28 dos 50 maiores projetos listados. A maioria dos grandes projetos de investimentos em energia diz respeito ao setor de petróleo e as operações envolveram em geral a compra de ativos de empresas europeias (Statoil, Galp e Repsol) com atuação no setor. Nos projetos energéticos de menor porte, há diversos em petróleo, mas se observa também a presença de investimentos em hidroelétricas e em transmissão de energia elétrica, em carvão e até (um investimento) em energia solar.

Dos 50 investimentos listados, 17 foram feitos no Brasil, 10 na Venezuela, oito na Argentina, sete no Equador e três no Peru. No caso do Brasil, predominam os projetos em energia – oito, entre petróleo e transmissão de energia elétrica – mas, também, há investimentos em mineração e agricultura (dois cada) e na produção de automóveis (três e apenas no Brasil)⁷. Na Venezuela, há quatro projetos de energia e dois de transporte, e no Equador, os projetos de energia respondem pela quase totalidade dos investimentos (seis em sete projetos).

Como mostra o Quadro 2, os maiores investimentos feitos pelos chineses no período recente se concentraram em 2010, reduzindo-se substancialmente em 2011 e 2012, para ter uma importante recuperação em 2013 – embora o nível atingido neste ano corresponda a pouco mais de 50% daquele alcançado em 2010. Naquele ano, todos os 10 maiores projetos tinham valor em torno ou superior a US\$ 1 bilhão, o que não volta a ocorrer nos anos seguintes.

Em 2014, a imprensa peruana tem chamado a atenção para o crescimento dos investimentos chineses no setor de mineração daquele país. Os chineses adquiriram um grande projeto de cobre de uma firma suíça e compraram ativos da Petrobras no país, entre outros grandes investimentos no setor. Os investimentos em mineração no Chile também crescerem e Koch-Wesser (2014) atribui a expansão dos investimentos chineses em mineração nesses dois países à assinatura por eles de acordos de livre comércio – que incluem capítulos de proteção dos investimentos – com a China.

⁷ Os investimentos chineses voltados para o atendimento aos mercados locais na região concentram-se principalmente nos setores automotivo e eletroeletrônico e têm como destino o Brasil (CEBC, 2014). Na realidade, em número de projetos – mas não em valores – entre janeiro de 2007 e junho de 2012, automotivo (com 22% do número de projetos) e máquinas e equipamentos (com 13%) são os dois principais setores de destino dos investimentos chineses no Brasil (CEBC, 2013).

QUADRO 1 – OS 50 MAIORES INVESTIMENTOS DIRETOS DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL, 2010/2013

País	Ano	Empresa China Investidora	Valor da Operação	Empresa-Alvo	Sub-Setor	Sector
Brasil	2010	Sinopec	\$7.100	Repsol	Petróleo	Energia
Brasil	2011	Sinopec	\$4.800	Galp Energia		Energia
Argentina	2010	CNOOC	\$3.100	Bridas		Energia
Brasil	2010	Sinochem	\$3.070	Statoil	Petróleo	Energia
Argentina	2013	China Energia Engineering	\$2.820	Electroingenieria	Hidrelétrica	Energia
Peru	2013	CNPC	\$2.600	Petrobras		Energia
Peru	2010	MinMineração	\$2.500		Cobre	Mineração
Argentina	2010	Sinomach	\$2.470		Ferrovia	Transporte
Argentina	2010	Sinopec	\$2.470	Occidental Petroleum		Energia
Equador	2010	SinoHidrelétrica	\$2.300		Hidrelétrica	Energia
Equador	2013	China Ferroviway Construction and China Nonferrous	\$2.040		Cobre	Mineração
Brasil	2011	Taiyuan Iron, CITIC, BaoAço	\$1.950	CBMM		Mineração
Argentina	2011	Heilongjiang Beidahuang Nongken	\$1.510	Cresud		Agricultura
Venezuela	2012	Wilson	\$1.470	Hyundai	Petróleo	Energia
Brasil	2011	Chongqing Grain	\$1.410			Agricultura
Venezuela	2013	Sinopec	\$1.400		Petróleo	Energia
Chile	2013	SkySolar	\$1.360		Alternativa	Energia
Venezuela	2012	State Grid	\$1.310	National Electric Corp.		Energia
Brasil	2013	CNOOC and CNPC	\$1.280	Petrobras, Shell, and Total	Petróleo	Energia
Brasil	2010	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$1.200		Aço	Mineração
Argentina	2010	Shaanxi Chemical	\$1.010			Químico
Brasil	2010	State Grid	\$990	Plena Transmissoras		Energia
Colômbia	2012	Sinochem	\$980	Total	Gás	Energia
Venezuela	2010	Sinomach	\$960	Venezuela National Electric Power Company	Carvão	Energia
Brasil	2012	State Grid	\$940	ACS		Energia

Venezuela	2010	CNPC		\$900	PDVSA	Petróleo	Energia
Peru	2013	China Fishery		\$820	Copeinca		Agricultura
Brasil	2013	China Construction Bank		\$720	Banco Industrial e Comercial	Bancário	Serviços Financeiros
Argentina	2011	ICBC		\$680	Standard Bank	Bancário	Serviços Financeiros
Equador	2010	Gezhoubu		\$670	Hidropaute	Hidrelétrica	Energia
Equador	2010	CNPC and Sinopec		\$610		Petróleo	Energia
Equador	2013	Harbin Electric		\$600	Celec	Hidrelétrica	Energia
Brasil	2012	State Grid		\$550	Copel		Energia
Guyana	2012	China Ferroviway Engineering		\$510	Sithe Global Power	Hidrelétrica	Energia
Equador	2011	Harbin Electric		\$470	Celec	Hidrelétrica	Energia
Venezuela	2011	China Communications Construction		\$460	Petroquímica de Venezuela		Químico
Brasil	2012	CIC		\$460	Government of Singapore Investment and Canada Pension Plan	Propriedade	Construção Imobiliária
Brasil	2012	JAC Motors		\$450		Autos	Transporte
Venezuela	2012	China Ferroviway Construction		\$410	C.V.G. Ferrominera Orinoco	Aço	Mineração
Brasil	2010	Chery		\$400		Automóvel	Transporte
Argentina	2011	CNOOC		\$330	ExxonMobil	Petróleo	Energia
Venezuela	2011	China Communications Construction		\$320	Ferrominera Orinoco		Transporte
Brasil	2013	COFCO		\$320			Agricultura
Brasil	2012	Beiqi Foton		\$300		Automóvel	Transporte
Bolívia	2013	China Aerospace Science and Technology		\$300	Tupac Katari	Telecom	Tecnologia
Venezuela	2010	Gezhoubu		\$290			Agricultura
Equador	2010	Three Gorges		\$270		Hidrelétrica	Energia
Venezuela	2011	China Communications Construction		\$260	Bolivarian Ports	Marítimo	Transporte
Brasil	2013	Three Gorges		\$250	Jari	Hidrelétrica	Energia
Colômbia	2011	Sinomach		\$240		Carvão	Energia

Fonte: The Heritage Foundation.

QUADRO 2 – 10 MAIORES INVESTIMENTOS DIRETOS DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL, 2010/2013

10 maiores investimentos diretos da China na América do Sul, 2010						
País	Empresa Chinesa Investidora	Valor da Operação	Empresa-Alvo	Sub-Setor	Setor	
Brasil	Sinopec	\$7.100	Repsol	Petróleo	Energia	
Argentina	CNOOC	\$3.100	Bridas		Energia	
Brasil	Sinochem	\$3.070	Statoil	Petróleo	Energia	
Peru	MinMineração	\$2.500		Cobre	Mineração	
Argentina	Sinomach	\$2.470		Rail	Transporte	
Argentina	Sinopec	\$2.470	Occidental Petroleum		Energia	
Equador	SinoHidrelétrica	\$2.300		Hidrelétrica	Energia	
Brasil	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$1.200		Steel	Mineração	
Argentina	Shaanxi Chemical	\$1.010			Químico e petroquímico	
Brasil	State Grid	\$990	Plena Transmissoras		Energia	

Fonte: The Heritage Foundation.

10 maiores investimentos diretos da China na América do Sul, 2011						
País	Empresa Chinesa Investidora	Valor da Operação	Empresa-Alvo	Sub-Setor	Setor	
Brasil	Sinopec	\$4.800	Galp Energia		Energia	
Brasil	Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$1.950	CBMM		Mineração	
Argentina	Heilongjiang Beidahuang Nongken	\$1.510	Cresud		Agricultura	
Brasil	Chongqing Grain	\$1.410			Agricultura	
Argentina	ICBC	\$680	Standard Bank	Bancário	Serviços Financeiros	
Equador	Harbin Electric	\$470	Celec	Hidrelétrica	Energia	
Venezuela	China Communications Construction	\$460	Petroquímica de Venezuela		Químico e petroquímico	
Argentina	CNOOC	\$330	ExxonMobil	Petróleo	Energia	
Venezuela	China Communications Construction	\$320	Ferrominera Orinoco		Transporte	
Venezuela	China Communications Construction	\$260	Bolivarian Ports	Marítimo	Transporte	

Fonte: The Heritage Foundation.

10 maiores investimentos diretos da China na América do Sul, 2012

País	Empresa Chinesa Investidora	Valor da Operação	Empresa-Alvo	Sub-Setor	Setor
Venezuela	Wison	\$1.470	Hyundai	Petróleo	Energia
Venezuela	State Grid	\$1.310	National Electric Corp.		Energia
Colômbia	Sinochem	\$980	Total	Gás	Energia
Brasil	State Grid	\$940	ACS		Energia
Brasil	State Grid	\$550	Copel		Energia
Guyana	China Railway Engineering	\$510	Sithe Global Power	Hidrelétrica	Energia
Brasil	CIC	\$460	Government of Singapore Investment and Canada Pension Plan	Propriedade	Construção Imobiliária
Brasil	JAC Motors	\$450		Automóvel	Transporte
Venezuela	China Railway Construction	\$410	C.V.G. Ferrominera Orinoco	Aço	Mineração
Brasil	Beiqi Foton	\$300		Automóvel	Transporte

Fonte: The Heritage Foundation.

10 maiores investimentos diretos da China na América do Sul, 2013

País	Empresa Chinesa Investidora	Valor da Operação	Empresa-Alvo	Sub-Setor	Setor
Argentina	China Energia Engineering	\$2.820	Electroingenieria	Hidrelétrica	Energia
Peru	CNPC	\$2.600	Petrobras		Energia
Equador	China Railway Construction and China Nonferrous	\$2.040		Cobre	Mineração
Venezuela	Sinopec	\$1.400		Petróleo	Energia
Chile	SkySolar	\$1.360		Alternativa	Energia
Brasil	CNOOC and CNPC	\$1.280	Petrobras, Shell, and Total	Petróleo	Energia
Peru	China Fishery	\$820	Copeinca		Agricultura
Brasil	China Construction Bank	\$720	Banco Industrial e Comerical	Bancário	Serviços Financeiros
Equador	Harbin Electric	\$600	Celec	Hidrelétrica	Energia
Brasil	COFCO	\$320			Agricultura

Fonte: The Heritage Foundation.

No caso do Brasil, a redução nos valores e no número de projetos de investimentos, observada em 2012 e 2013, é atribuída, pelo Conselho Empresarial Brasil China – CEBC (2014), a uma conjunção de fatores, relacionados ao esgotamento da fase de “euforia” chinesa em relação ao Brasil, em função da desaceleração da economia brasileira, da percepção – pelos investidores chineses – das dificuldades de diversos tipos para entrar e operar no mercado brasileiro e da consequente cautela em relação à implantação de novos projetos de investimentos etc.

Também chama atenção no Quadro 2 (quando os seus dados são comparados com os da Tabela 5) a elevada concentração dos investimentos chineses em poucas e grandes operações. As 10 maiores representaram, em todos os anos entre 2010 e 2013, algo entre 85% e 91% dos investimentos chineses na região, podendo-se, inclusive, observar, ano a ano, tendência de crescimento desta concentração, que alcança seu máximo (0,7%) em 2013.

Esta concentração é compatível com o perfil setorial e empresarial – já aqui comentado – dos investimentos chineses na região: o peso de setores intensivos em capital como o de energia e mineração e o fato de que as empresas que levam a cabo tais investimentos são grandes estatais e contribuem significativamente para explicar o nível elevado de concentração identificado.

3.2 POLÍTICAS DE APOIO AOS INVESTIMENTOS CHINESES NA AMÉRICA DO SUL

Já foi aqui comentado que o Estado chinês adotou, em 2000, a estratégia *Going Global*, promovendo e apoiando “a internacionalização de empresas chinesas por meio de políticas favoráveis aos investimentos no exterior. O plano incluiu uma variedade de medidas políticas, como: descontos de imposto de exportação, assistência de câmbio e apoio financeiro direto, particularmente em atividades de comércio que promovessem as exportações de matérias-primas, máquinas e equipamentos, e em setores de indústrias leves como têxteis”. Em 2011, essa política foi reiterada no 12º Plano Quinquenal, com recomendações para:

- “Aperfeiçoar o mecanismo de coordenação geral intersetorial a fim de fortalecer a implementação da estratégia”;
- Melhorar o sistema de leis e regulamentos para o investimento estrangeiro e evitar a dupla tributação, além de negociar acordos de proteção de investimentos⁸;
- Desenvolver o setor internacional de recursos energéticos e apoiar investimentos em P & D no exterior (CEBC, 2013).

Essas são recomendações oficiais, que têm como alvo o entorno jurídico e institucional em que operam as empresas internacionalizadas chinesas (donde a referência aos dois tipos de acordos de investimento) e que definem objetivos estratégicos nacionais para os investimentos externos das empresas estrangeiras: acesso a tecnologias e a recursos energéticos – e a outros recursos naturais, por extensão.

Para Dussel-Peters (2013), a análise dos projetos de investimentos chineses na América Latina, entre 2001 e 2013 reflete a importância das empresas estatais nestes projetos: 87% provêm de empresas estatais, em sua maioria do governo central chinês, e apenas 13% do valor do investimento tem origem em empresas privadas. Para o autor, estes dados indicam que “os filtros e diretrizes institucionais (que orientam os investimentos diretos chineses) se vêm claramente refletidos nos fluxos de investimento efetivamente realizados”.

⁸ Os acordos de livre comércio da China com o Chile e o Peru incluem um capítulo de proteção de investimentos, de escopo amplo e prevendo inclusive o mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

As políticas chinesas para lidar com os benefícios e custos associados aos investimentos do país na América do Sul vão além da publicação de diretrizes e recomendações direcionadas aos atores responsáveis por esses investimentos. De um lado, como já comentado, a China assinou com dois países da região – Chile e Peru – acordos de livre comércio que incluem capítulo ou protocolo de investimentos, estabelecendo elevados níveis de proteção aos investidores das partes envolvidas (na prática, hoje, aos investidores chineses nos dois países).

De outro, a China estabelece, pela via das relações políticas com países sul-americanos (mas, também, africanos) e por meio de instrumentos de financiamento diretamente vinculados à exportação de *commodities*, “redes” de proteção a seus interesses e aos de seus investidores na região.

Segundo Dussel-Peters (2013) “a relação política e estratégica” entre governos age no sentido de incentivar, no plano bilateral, os investimentos chineses em países da região: “se a relação do governo central chinês com um governo latino-americano não é boa ou estratégica, não se pode esperar dos fluxos um dinamismo significativo. À diferença então de outros sistemas de incentivo ao investimento externo, no caso da China, a relação com o setor público é essencial”.

Como os investimentos chineses na região têm como alvo principal setores de risco político mais elevado e como alguns dos principais parceiros estratégicos da China na região (Venezuela, Argentina e Equador) são países onde o risco regulatório e político é alto, o governo chinês concede financiamento a estes países, muitas vezes vinculando-os à garantia de exportação plurianual de *commodities*. Aqui os casos do Equador e da Venezuela são eloquentes. Tais países se destacam na região mais por sua participação nos financiamentos públicos originados na China do que por investimentos diretos daquele país.

3.3 PERSPECTIVAS DO IED CHINÊS NA AMÉRICA DO SUL

Com a reorientação gradual do modelo chinês de crescimento – da ênfase nos investimentos e exportações para a prioridade ao consumo e aos serviços – é principalmente na dimensão dos investimentos externos e dos financiamentos chineses que se pode esperar novidades no relacionamento entre a China e a América do Sul.

No que se refere aos investimentos externos chineses, em um cenário de transição para novo modelo de crescimento, é legítimo esperar que tais fluxos aumentem em busca de novas oportunidades de negócios. Em um primeiro momento, essa tendência envolverá as empresas estatais concentradas em áreas de recursos naturais e setores intensivos em capital.

Haveria, portanto, crescimento dos investimentos chineses na região, mas esse processo envolveria principalmente os mesmos setores e grupos estatais que já vêm investindo na região, em energia, mineração etc. Já há hoje alguma diversificação setorial de investimentos chineses, mas isso provavelmente somente continuará a acontecer no caso do Brasil, que tem um grande mercado doméstico que pode interessar a empresas chinesas de setores de bens de consumo.

Feita essa ressalva, a tendência dominante é que os investimentos chineses tenham como alvo os setores intensivos em recursos naturais e venham a gerar novos fluxos de exportação de *commodities* para a China. Nesse sentido, eles pouco ou nada contribuirão para a diversificação da pauta exportadora dos países da região.

A estes investimentos estarão associados financiamentos públicos que, como se observou, são distribuídos na região segundo uma lógica que combina interesses econômicos e convergências políticas. Há poucas razões para supor que estes critérios venham a se alterar nos próximos anos.

Mas os crescentes investimentos da China na região – e os financiamentos oferecidos por seus bancos públicos – poderão ajudar países como o Brasil a ampliar exportações de *commodities* e melhorar a logística de exportação destes produtos. Será uma contribuição limitada, em termos econômicos, mas não marginal. Sua contrapartida seria um novo “empurrão” na especialização internacional da região em *commodities* e a perpetuação do padrão de comércio bilateral em que a região exporta primários e importa manufaturas.

Se as perspectivas para o investimento chinês na América do Sul aqui apresentadas se confirmarem, os principais desafios para o Brasil, estarão, provavelmente, associados às necessidades de adotar políticas públicas que ajudem a mitigar as desvantagens competitivas que as empresas brasileiras que investem e exportam para a região sofrerão ao competirem com os financiamentos públicos que acompanham os investimentos chineses. Além dos desequilíbrios gerados por desníveis nas capacidades de prover financiamento público às empresas investidoras e aos governos dos países receptores dos investimentos, as contrapartidas oferecidas à China por esses países podem envolver condições mais favorecidas em termos de acesso a mercados – como compras governamentais, por exemplo – prejudicando os interesses exportadores das empresas brasileiras.



4. INVESTIMENTOS BRASILEIROS NA AMÉRICA DO SUL

4.1 BRASIL COMO EMISSOR DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Os anos entre 2005 e 2010 assistiram a um ciclo de internacionalização de empresas de países em desenvolvimento, que se traduziu no crescimento dos fluxos de investimentos externos emitidos por um conjunto de economias – os BRICS, Malásia, Turquia, México, Chile e Emirados Árabes Unidos, entre outros. A partir de 2010, vários destes países parecem enfrentar dificuldades para manter em crescimento seus fluxos de emissão de investimentos diretos externos (IDE), seu desempenho oscilando bastante ano a ano. Os fluxos originados na China e na Rússia (esta, em especial em 2013) mantêm seu dinamismo, mas o mesmo não se pode dizer de outros países emergentes, entre os quais, o Brasil.

Dentre esse conjunto de países em desenvolvimento, o desempenho do Brasil como emissor de fluxos de IED destaca-se pelo baixo dinamismo e pela volatilidade. Na Tabela 7, observa-se que, em 2005, os fluxos de IED emitidos pelo Brasil apenas superavam os US\$ 2,5 bilhões, atingindo US\$ 11,6 bilhões (ou seja, mais de quatro vezes o resultado de 2005), em 2010. No entanto, se se observar os dados anuais do período 2005/2010, é possível perceber uma impressionante volatilidade dos fluxos, que variaram entre US\$ 28,2 bilhões, em 2006, e US\$ 10,1 bilhões negativos, em 2009. Além disso, a partir de 2011, o Brasil vem registrando fluxos negativos crescentes de emissão de investimentos diretos no exterior – ou seja, nestes três últimos anos, a remessa de capitais desde o exterior por filiais de empresas brasileiras superou a emissão de capitais desde o Brasil.

Tanto em termos de volatilidade quanto da presença de fluxos anuais negativos, o desempenho do Brasil é único entre os países em desenvolvimento relevantes como emissores de IDE. A forte volatilidade aponta para o fato de que o crescimento dos investimentos externos do Brasil ainda é um fenômeno que envolve essencialmente pequeno número de grandes empresas, os dados agregados de fluxos de IED sendo altamente sensíveis a uma ou poucas operações individuais. Mas a recorrência de fluxos líquidos negativos – depois de um período de crescimento forte dos fluxos de saída – sugere a presença de fatores internacionais e domésticos (entre os quais fatores relacionados às políticas domésticas brasileiras) que poderiam estar desestimulando a emissão de IED por empresas brasileiras, nos últimos anos.

O estoque de IED emitido pelo Brasil (Tabela 8) vem crescendo significativamente nos últimos anos, passando de US\$ 188 bilhões, em 2010, para US\$ 293 bilhões, em 2013 (aumento de 56% entre os dois anos). Essa evolução contrasta com a dos fluxos líquidos de IED emitidos pelo Brasil, que – como se observou – registraram resultados negativos nos três últimos anos. Essa discrepância entre os dados de fluxos e de estoque remete a diferenças nos métodos de apuração destes valores pelo Banco Central do Brasil (fonte, para os dados brasileiros, das estatísticas da UNCTAD).

Os dados de estoque correspondem ao valor de mercado dos investimentos feitos ao longo do tempo e esta valoração se aplica à totalidade do estoque – e não apenas à parcela derivada do fluxo do último ano – convertido à paridade do final do ano de referência. Já os dados de fluxos correspondem à saída e retorno de capital, à paridade do momento em que tais fluxos ocorrem⁹.

O crescimento do estoque brasileiro de IED emitido tem permitido ao Brasil manter participação no estoque global em torno de 1% no período pós-crise. Entre os países em desenvolvimento, a participação do país foi de 5,8%, em 2013, e entre os BRICS (não incluído Hong Kong), foi de 17,7%, no mesmo ano. Uma avaliação do peso do Brasil entre os BRICS deveria incluir Hong Kong, de tal maneira que esta inclusão levaria a participação do Brasil a apenas 10% do estoque de IED emitido pelo grupo.

Vale lembrar que o Brasil tinha, em 1990, uma posição forte, em termos relativos, entre as economias em desenvolvimento, destacando-se como o maior detentor de capitais no exterior entre estes países e respondendo por 28% do estoque total de investimentos externos dos países em desenvolvimento e por cerca de 2% do estoque global.

⁹ Há outros aspectos metodológicos que impedem que se considere o estoque como a soma dos fluxos líquidos ao longo do tempo, mas o fato acima apontado parece ser o mais relevante para explicar as discrepâncias observadas, de acordo com informações obtidas junto ao Banco Central do Brasil.

TABELA 7 – FLUXOS DE EMISSÃO DE INVESTIMENTOS DIRETOS NO EXTERIOR POR PAÍS / REGIÃO DE ORIGEM
ANOS SELECIONADOS (EM MILHÕES US\$ E %)

	1990		1995		2000		2005		2010		2011		2012		2013	
	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo
Brasil	624,60	0,26%	1.095,64	0,30%	2.281,59	0,18%	2.516,70	0,28%	11.587,57	0,77%	-1.029,00	-0,06%	-2.821,40	-0,21%	-3.495,83	-0,25%
Argentina	34,90	0,01%	1.497,15	0,41%	901,03	0,07%	1.311,06	0,15%	964,76	0,06%	1.488,00	0,09%	1.051,85	0,08%	1.225,00	0,09%
Chile	7,50	0,00%	751,50	0,21%	3.986,60	0,32%	2.135,15	0,24%	9.460,71	0,63%	20.251,95	1,18%	22.330,17	1,66%	10.922,94	0,77%
México	223,24	0,09%	-263,00	-0,07%	363,14	0,03%	6.474,00	0,72%	15.045,01	1,00%	12.636,22	0,74%	22.470,37	1,67%	12.937,53	0,92%
Caribe	-1.718,28	-0,71%	3.649,96	1,00%	42.448,75	3,42%	24.588,12	2,72%	70.997,50	4,72%	69.658,41	4,07%	79.281,70	5,89%	82.331,51	5,84%
Total América Latina*	1.338,29	0,55%	3.500,28	0,96%	8.455,05	0,68%	18.404,29	2,04%	46.422,67	3,08%	40.939,46	2,39%	45.100,01	3,35%	32.258,07	2,29%
China	830,00	0,34%	2.000,00	0,55%	915,78	0,07%	12.261,17	1,36%	68.811,00	4,57%	74.654,00	4,36%	87.804,00	6,52%	101.000,00	7,16%
Hong Kong, China	2.448,00	1,01%	25.000,00	6,88%	70.004,51	5,64%	33.905,47	3,75%	98.414,12	6,54%	95.885,41	5,60%	88.118,49	6,54%	91.529,91	6,49%
Índia	6,00	0,00%	119,00	0,03%	514,45	0,04%	2.985,49	0,33%	15.932,52	1,06%	12.456,13	0,73%	8.485,70	0,63%	1.678,74	0,12%
Rússia	0,00	0,00%	605,78	0,17%	3.176,78	0,26%	17.880,00	1,98%	52.616,00	3,50%	66.850,79	3,91%	48.822,42	3,63%	94.907,00	6,73%
África do Sul	27,40	0,01%	2.497,70	0,69%	270,61	0,02%	930,29	0,10%	-75,67	-0,01%	-256,85	-0,02%	2.987,59	0,22%	5.619,85	0,40%
Total BRICS	1.488,00	0,62%	6.318,12	1,74%	7.159,20	0,58%	36.573,65	4,05%	148.871,41	9,89%	152.675,08	8,92%	145.278,30	10,79%	199.709,77	14,16%
Turquia	-16,00	-0,01%	113,00	0,03%	870,00	0,07%	1.064,00	0,12%	1.464,00	0,10%	2.349,00	0,14%	4.074,00	0,30%	3.114,00	0,22%
Malásia	129,00	0,05%	2.488,00	0,68%	2.026,05	0,16%	3.075,50	0,34%	13.399,08	0,89%	15.248,88	0,89%	17.114,75	1,27%	13.600,48	0,96%
EAU	-57,65	-0,02%	62,47	0,02%	423,67	0,03%	3.750,30	0,41%	2.015,00	0,13%	2.178,00	0,13%	2.536,01	0,19%	2.905,24	0,21%
Total PED	11.838,03	4,90%	56.006,90	15,41%	146.273,30	11,79%	139.934,50	15,48%	413.219,60	27,46%	422.581,75	24,69%	440.163,79	32,69%	454.066,91	32,19%
Total PD	229.583,17	95,10%	306.891,46	84,42%	1.090.846,41	87,95%	744.407,19	82,37%	1.029.836,56	68,43%	1.215.690,22	71,02%	852.708,36	63,32%	857.453,51	60,78%
Total Mundo	241.421,20	100,00%	363.522,19	100,00%	1.240.316,22	100,00%	903.763,79	100,00%	1.504.927,77	100,00%	1.711.651,87	100,00%	1.346.671,41	100,00%	1.410.695,77	100,00%

Fonte: World Investment Report, 2014.
*Não inclui Caribe.

TABELA 8 – ESTOQUE DE INVESTIMENTO DIRETO NO EXTERIOR POR PAÍS /REGIÃO DE ORIGEM
ANOS SELECIONADOS (EM MILHÕES US\$ E %)

	1990		1995		2000		2005		2010		2011		2012		2013	
	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo	Valor	% mundo
Brasil	41.044,14	1,96%	44.473,67	1,17%	51.946,19	0,65%	79.259,27	0,63%	188.637,34	0,89%	206.187,17	0,94%	270.864,01	1,13%	293.276,53	1,11%
Argentina	6.057,27	0,29%	10.695,64	0,28%	21.140,69	0,26%	23.339,87	0,19%	30.328,34	0,14%	31.891,34	0,15%	32.916,19	0,14%	34.079,63	0,13%
Chile	154,00	0,01%	2.773,50	0,07%	11.154,00	0,14%	22.588,63	0,18%	60.386,07	0,29%	78.180,94	0,36%	98.285,67	0,41%	101.933,27	0,39%
México	2.672,37	0,13%	4.181,28	0,11%	8.273,38	0,10%	64.204,84	0,51%	104.301,00	0,49%	100.188,00	0,46%	131.105,77	0,55%	143.907,41	0,55%
Caribe	1.630,33	0,08%	15.125,87	0,40%	90.693,26	1,13%	171.465,92	1,36%	433.400,49	2,05%	503.271,37	2,30%	582.838,74	2,44%	665.170,29	2,53%
Total América Latina*	52.138,09	2,49%	67.888,42	1,79%	104.645,74	1,30%	197.937,72	1,57%	441.048,72	2,09%	476.649,22	2,18%	596.586,67	2,49%	647.088,08	2,46%
China	4.455,00	0,21%	17.768,00	0,47%	27.768,39	0,35%	57.205,62	0,45%	317.210,59	1,50%	424.780,67	1,94%	512.584,67	2,14%	613.584,67	2,33%
Hong Kong, China	11.920,35	0,57%	78.833,23	2,08%	435.790,92	5,43%	551.008,71	4,38%	1.039.043,15	4,92%	1.129.058,79	5,15%	1.273.797,17	5,33%	1.352.353,13	5,14%
Índia	124,07	0,01%	495,24	0,01%	1.733,48	0,02%	9.741,30	0,08%	96.900,60	0,46%	109.508,82	0,50%	118.072,31	0,49%	119.837,53	0,46%
Rússia	0,00	0,00%	3.345,90	0,09%	20.141,00	0,25%	146.679,00	1,17%	366.301,00	1,73%	361.750,00	1,65%	406.295,00	1,70%	501.202,00	1,90%
África do Sul	15.004,41	0,72%	23.287,54	0,61%	32.325,16	0,40%	37.705,93	0,30%	89.453,07	0,42%	97.050,56	0,44%	111.779,82	0,47%	95.760,40	0,36%
Total BRICS	60.627,61	2,90%	89.370,36	2,36%	133.914,21	1,67%	330.591,12	2,63%	1.058.502,61	5,01%	1.199.277,22	5,47%	1.419.595,81	5,94%	1.623.661,13	6,17%
Turquia	1.150,32	0,05%	1.418,32	0,04%	3.668,00	0,05%	8.315,00	0,07%	22.509,00	0,11%	27.681,00	0,13%	29.668,00	0,12%	32.782,00	0,12%
Malásia	753,29	0,04%	5.123,16	0,14%	15.877,58	0,20%	22.034,92	0,18%	96.963,70	0,46%	106.448,22	0,49%	120.395,80	0,50%	133.996,28	0,51%
EUA	14,28	0,00%	710,15	0,02%	1.937,97	0,02%	9.542,23	0,08%	55.559,93	0,26%	57.737,93	0,26%	60.274,00	0,25%	63.179,24	0,24%
Total PED	144.663,73	6,92%	330.343,22	8,71%	905.228,93	11,28%	1.447.274,07	11,51%	3.484.156,71	16,49%	3.983.342,29	18,18%	4.600.926,64	19,24%	4.993.338,55	18,98%
Total PD	1.946.832,16	93,08%	3.456.615,41	91,17%	7.099.239,76	88,45%	10.976.416,08	87,28%	17.241.086,95	81,60%	17.521.120,30	79,96%	18.858.787,39	78,85%	20.764.527,45	78,91%
Total Mundo	2.091.495,88	100,00%	3.791.295,78	100,00%	8.025.834,25	100,00%	12.575.883,22	100,00%	21.130.045,96	100,00%	21.912.790,69	100,00%	23.916.273,48	100,00%	26.312.635,09	100,00%

Fonte: World Investment Report, 2014.
*Não inclui Caribe.

Este dado confirma percepção de que o país viveu, nos anos 1970 e 1980, um primeiro ciclo de internacionalização de empresas que se poderia caracterizar como relativamente precoce em relação ao que se observou em outros países em desenvolvimento. No entanto, este movimento não se sustentou nos anos 1990 e, em 2005, o Brasil respondia por apenas 0,6% do estoque global de investimentos externos e por 5,5% do estoque detido por países em desenvolvimento. Desde 2005, o Brasil quase dobrou sua participação no estoque global de IED emitido e manteve (até mesmo ampliando marginalmente) sua participação entre países em desenvolvimento.

4.2 FLUXOS E ESTOQUES DO INVESTIMENTO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

Como é sabido, os dados estatísticos do Banco Central do Brasil relativos aos fluxos e estoques de investimentos externos de empresas brasileiras têm um viés geográfico, na medida em que registram os investimentos de empresas brasileiras no seu país de destino imediato – e não final. Boa parte dos investimentos de empresas brasileiras no exterior tem como destino imediato países da Europa que oferecem condições favoráveis para o estabelecimento de *holdings* ou outros veículos de investimentos ou, ainda, os chamados “paraísos fiscais” (CNI, 2013)¹⁰. O viés tende a ser mais acentuado para os dados relativos a estoque de ativos no exterior do que para os dados de fluxos de IED emitidos.

Como não poderia deixar de ser, isso impacta os dados estatísticos relativos a IED em outras regiões do mundo, como a América do Sul, os quais resultam provavelmente bastante subdimensionados.

A Tabela 9 apresenta os dados de fluxos líquidos dos investimentos brasileiros no exterior, por regiões e, no caso da América do Sul, por países de destino para o período 2008/2014. A região aparece, no total do período, como receptora de 8,6% dos investimentos brasileiros, nitidamente abaixo da Europa Ocidental (36,8%), mas, também, da América do Norte (17,1%) e dos paraísos fiscais (29,1%). Dentro da América do Sul, os últimos anos registraram mudanças importantes na distribuição dos investimentos externos das empresas brasileiras.

Vale a pena registrar a forte queda dos fluxos líquidos de investimentos brasileiros na América do Sul registrada em 2014. Neste ano, a participação da região no total mundial cai para 3,3% do total, contra 12,2% no biênio imediatamente anterior. A queda de participação afeta todos os países da região, com a exceção do Uruguai, cuja participação se mantém sem alteração. Em um ano em que os fluxos líquidos de investimento brasileiro no exterior cresceram fortemente em relação à média anual do biênio 2012/2013, reduz-se fortemente a participação sul-americana nestes fluxos, em contraste com o aumento de peso observado no caso da Europa Ocidental (38,7%, em 2014, contra 30,8%, em 2012/2013), e principalmente dos paraísos fiscais ((39,1%, em 2014, contra 18,8%, em 2012/2013).

A Tabela 10 apresenta a participação dos países sul-americanos nos fluxos líquidos de investimentos externos brasileiros. A Argentina, principal destino dos investimentos externos brasileiros na região, vem perdendo participação, passando de 46,5 % do total do investimento do Brasil na América do Sul, em 2010/2011, para 25,2%, em 2012/2013, e 25,4%, em 2014. No total dos investimentos brasileiros no mundo, a participação argentina se reduziu de 4,0% para 3,1% entre os dois biênios e para apenas 0,8%, em 2014.

¹⁰ Embora a participação dos paraísos fiscais no estoque de investimentos externos brasileiros tenha caído à metade, entre 2001 e 2013, ela ainda é bastante elevada, situando-se em torno de 1/3 do total. A contrapartida desta evolução da participação dos paraísos fiscais é o forte crescimento dos países europeus citados pela UNCTAD como hospedeiros de SPEs (sociedades de propósito específico) no estoque total de investimentos brasileiros no exterior.

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FLUXOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
BIÊNIOS SELECIONADOS E 2014 (EM MILHÕES US\$ E %)

	2008/2009		2010/2011		2012/2013		2014		2008/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Europa	4.063,2	21,7	20.794,0	44,9	6.879,0	30,8	7.569,4	38,7	39.305,6	36,8
América do Norte	5.488,9	29,4	5.460,1	11,8	4.672,9	20,9	2.607,2	13,3	18.229,1	17,1
América do Sul	2.198,4	11,8	3.591,0	7,8	2.725,7	12,2	636,6	3,3	9.151,7	8,6
Argentina	748,0	4,0	1.671,0	3,6	687,5	3,1	162,0	0,8	3.268,5	3,1
Bolívia	15,0	0,1	26,7	0,1	17,8	0,1	1,0	0,0	60,5	0,1
Chile	602,4	3,2	985,2	2,1	1.150,8	5,2	264,5	1,4	3.002,9	2,8
Colômbia	190,7	1,0	251,8	0,5	378,0	1,7	42,1	0,2	862,7	0,8
Equador	-	-	14,7	0,0	3,6	0,0	1,7	0,0	20,0	0,0
Peru	168,6	0,9	162,7	0,4	345,1	1,5	63,0	0,3	739,5	0,7
Uruguai	289,8	1,5	315,8	0,7	118,3	0,5	102,0	0,5	825,9	0,8
Venezuela	184,0	1,0	163,2	0,4	24,5	0,1	0,1	0,0	371,8	0,3
Paraísos Fiscais*	4.474,7	23,9	14.799,0	31,9	4.188,8	18,8	7.638,5	39,1	31.100,9	29,1
Demais	2.473,2	13,2	1.685,2	3,6	3.849,6	17,3	1.103,9	5,6	9.112,0	8,5
Total	18.698,5	100,0	46.329,3	100,0	22.315,9	100,0	19.555,6	100,0	106.899,3	100,0

*Antilhas Holandesas, Bahamas, Bermuda, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens (britânicas).
**Belize, Bolívia, El Salvador, Equador, Porto Rico.
Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FLUXOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS PARA A AMÉRICA DO SUL – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
BIÊNIOS SELECIONADOS E 2014 (EM MILHÕES US\$ E %)

	2008/2009		2010/2011		2012/2013		2014		2008/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	748,0	34,0	1.671,0	46,5	687,5	25,2	162,0	25,4	3.268,5	35,7
Bolívia	15,0	0,7	26,7	0,7	17,8	0,7	1,0	0,2	60,5	0,7
Chile	602,4	27,4	985,2	27,4	1.150,8	42,2	264,5	41,6	3.002,9	32,8
Colômbia	190,7	8,7	251,8	7,0	378,0	13,9	42,1	6,6	862,7	9,4
Equador	-	-	14,7	0,4	3,6	0,1	1,7	0,3	20,0	0,2
Peru	168,6	7,7	162,7	4,5	345,1	12,7	63,0	9,9	739,5	8,1
Uruguai	289,8	13,2	315,8	8,8	118,3	4,3	102,0	16,0	825,9	9,0
Venezuela	184,0	8,4	163,2	4,5	24,5	0,9	0,1	0,0	371,8	4,1
Total - América do Sul	2.198,4	100,0	3.591,0	100,0	2.725,7	100,0	636,6	100,0	9.151,7	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Por outro lado, ganha participação nos fluxos o Chile, que passa de 27,7% dos investimentos regionais do Brasil, no primeiro biênio, para 43%, no último. E 41,6%, em 2014, tornando-se o principal destino sul-americano dos fluxos de emissão de IED pelo Brasil. O Peru também aumenta seu peso como destino dos investimentos brasileiros na região, enquanto a participação dos fluxos direcionados à Colômbia apresenta tendência de crescimento até 2012/2013, mas se retrai fortemente em 2014. Venezuela vê sua participação cair de 8,4%, em 2008/2009, para zero em 2014, ao passo que o peso do Uruguai se reduz entre 2008/2009 e 2012/2013, mas cresce fortemente em 2014.

Portanto, de maneira geral, observam-se, nos fluxos de IED originados no Brasil, tendências semelhantes às observadas para os fluxos globais direcionados à América do Sul: crescimento do peso de Chile, Colômbia e Peru, de um lado, e perda de participação de Argentina e Venezuela, de outro. A discrepância entre IED brasileiro e mundial ocorre apenas no caso do Uruguai, que perde peso relativo como destino dos IED brasileiros, ao passo que ganha participação nos IED originados em todo o mundo.

Os dados de estoque de IED brasileiro no exterior por regiões geográficas (Tabela 11) apontam participação sul-americana bastante inferior àquela observada nos fluxos, o que poderia sugerir que o peso da região como destino dos investimentos brasileiros no exterior cresceu ao longo dos últimos anos, o que tem impacto direto nos fluxos, mas se reflete mais lentamente nos estoques.

TABELA 11 – ESTOQUE DE INVESTIMENTOS EXTERNOS DO BRASIL POR DESTINO GEOGRÁFICO
ANOS SELECIONADOS (EM US\$ MILHÕES %)

	2001		2005		2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
América do Sul	5.212,56	12,23%	4.601,55	6,94%	12.315,80	7,28%	12.383,34	6,42%	14.979,24	6,06%	15.261,22	5,99%
Argentina	1.625,36	3,81%	2.067,99	3,12%	5.147,69	3,04%	5.142,50	2,67%	5.510,76	2,23%	4.573,58	1,68%
Chile	157,92	0,37%	234,44	0,35%	573,78	0,34%	607,64	0,31%	1.107,46	0,45%	1.575,26	0,58%
Colômbia	129,73	0,30%	30,47	0,05%	871,82	0,52%	1.193,94	0,62%	695,73	0,28%	574,80	0,21%
Equador	71,48	0,17%	4,26	0,01%	30,50	0,02%	40,15	0,02%	67,79	0,03%	105,64	0,04%
Paraguai	40,19	0,09%	82,97	0,13%	262,15	0,16%	350,40	0,18%	577,86	0,23%	641,35	0,23%
Peru	40,05	0,09%	298,87	0,45%	2.253,94	1,33%	1.902,10	0,99%	2.986,39	1,21%	3.298,13	1,21%
Uruguai	3.121,12	7,32%	1.747,85	2,64%	2.496,60	1,48%	2.384,28	1,24%	2.950,58	1,19%	3.002,81	1,10%
Venezuela	26,71	0,06%	134,71	0,20%	679,32	0,40%	762,32	0,40%	1.082,66	0,44%	1.489,65	0,55%
União Europeia	3.588,70	8,42%	22.747,34	34,31%	79.187,50	46,84%	102.634,01	53,20%	124.232,60	50,26%	143.969,22	52,75%
América do Norte	1.806,27	4,24%	4.203,70	6,34%	15.159,67	8,97%	10.521,15	5,45%	20.204,84	8,17%	14.408,67	5,28%
Paraísos Fiscais*	29.081,35	68,23%	30.944,45	46,67%	57.999,51	34,31%	62.718,46	32,51%	79.695,33	32,24%	90.273,20	33,08%
Demais	2.219,02	5,21%	3.067,74	4,63%	3.824,96	2,26%	4.308,83	2,23%	2.538,95	1,03%	4.460,67	1,63%
Total	42.623,45	100,00%	66.300,27	100,00%	169.065,77	100,00%	192.932,73	100,00%	247.171,88	100,00%	272.921,28	100,00%

*Antilhas Holandesas, Ilhas Bahamas, Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens (Britânicas), Ilhas Virgens (EUA), Ilha do Canal Jersey
Fonte: Banco Central do Brasil.

Na realidade, desde o início do século, assiste-se a uma gradual redução da participação da América do Sul no estoque de investimentos externos brasileiros: em 2001, essa participação equivalia a 12,2%, reduzindo-se, em 2010, para 7,3% e em 2013 para 5,6%. O desempenho de dois países explica totalmente esta queda: Argentina e Uruguai.

O Uruguai era um centro de atração de *holdings* de empresas brasileiras e de investimentos financeiros, tendo deixado de ocupar esta posição ao longo da primeira década do século, quando os IED brasileiros se expandiram e optaram por instalar suas *holdings* e por veicular seus investimentos externos principalmente por intermédio de países europeus com tributação favorecida (os chamados países – SPEs). Assim, enquanto em 2001, o Uruguai respondia por 7,3% do IED brasileiro no mundo e por 60% do IED na região, em 2013, sua participação cai para 1,1% e 20%, respectivamente (Tabela 11).

A participação da Argentina no estoque de IED brasileiro no exterior também se reduz no período, passando de 3,8%, em 2001, para 1,7%, em 2013 (uma queda de mais de 50%). Na região, sua participação se reduz apenas marginalmente, já que sua queda acompanha a da participação da região no mundo. Mas chama a atenção o fato de que, entre 2010 e 2013, o valor absoluto do estoque de IED brasileiro na Argentina se tenha reduzido em 11%, em um período em que o estoque total de IED do Brasil no mundo cresceu 61%.

O estoque de IED brasileiro apresenta, ao longo do período, expressivo crescimento no Chile e Peru. No Chile, há um crescimento gradual e consistente, que multiplica por dez, em 2013, o estoque de IED brasileiro de 2001. Mas sem dúvida, o caso mais notável é o do Peru, país em que o estoque de IED brasileiro era de US\$ 40 milhões, em 2001, atingindo cerca de US\$ 3,3 bilhões, em 2013 – a segunda posição na região, segundo os dados do banco Central do Brasil. O “salto” no estoque de IED brasileiro no Peru se dá a partir de 2010. Os dados da nova base de dados de investimentos internacionais do FMI¹¹, sobre estoques bilaterais de investimentos, apresentados na Tabela 12, diferem substancialmente dos apresentados na Tabela 11, especialmente no que diz respeito a países como Bolívia, Chile e Paraguai. Nesses casos, a utilização de fontes de dados destes países – e não dos dados do Banco Central do Brasil, base da Tabela 11 – leva a um incremento substancial do estoque de IED brasileiro nos três países e na América do Sul (em 2011 e 2012, o estoque na região seria, segundo os dados da Tabela 11, cerca de 50% superior ao observado na Tabela 10).

Na Tabela 12, o Chile aparece como o principal destino do estoque de IED brasileiro na região, com cerca de 30% do total, superando em 2011 e 2012 a Argentina, cuja participação cai de 30% para 26%, entre 2010 e 2012. Peru e Uruguai mantêm níveis significativos de participação no estoque de IED brasileiro na região, enquanto Paraguai, Bolívia e Venezuela registram crescimentos expressivos, mas a partir de bases pequenas. A Colômbia cresce até 2011 e decresce em 2012.

¹¹ Trata-se do *IMFs Coordinated Direct Investment Survey* (cdis.imf.org), que apresenta dados de “posições bilaterais de investimento” (estoques de IDEs nas relações bilaterais), obtidos junto às fontes oficiais de países emissores e receptores dos investimentos. Optou-se, na elaboração da Tabela 11, por utilizar os dados disponíveis na base, seja da fonte emissora, seja da receptora. Quando havia dados das duas fontes, escolheu-se utilizar a fonte que registrava o maior valor.

**TABELA 12 – ESTOQUE DE IDE BRASILEIROS EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, SEGUNDO O FMI
2010/2012 (EM US\$ MILHÕES E %)**

	2010		2011		2012	
	Valor	% América do Sul	Valor	% América do Sul	Valor	% América do Sul
Argentina	5.148	29,69	5.143	28,52	5511	25,95
Bolívia	469	2,70	587	3,25	807	3,80
Chile	4.917	28,35	5.522	30,62	6372	30,01
Colômbia	872	5,03	1.194	6,62	696	3,28
Equador	30	0,17	40	0,22	68	0,32
Paraguai	476	2,74	502	2,78	844	3,97
Peru	2.254	13,00	1.902	10,55	2896	13,64
Venezuela	679	3,92	762	4,22	1083	5,10
Uruguai	2.497	14,40	2.384	13,22	2957	13,93
Total América do Sul	17.342	100,00	18.036	100,00	21234	100,00

Fonte: IMF (CDIS).

Alguma aproximação da especialização setorial da América do Sul enquanto destino do IED brasileiro pode ser obtida a partir dos dados das Tabelas 13 e 14, elaboradas a partir de informações estatísticas do Banco Central do Brasil, que apresentam a distribuição geográfica do IED brasileiro por setores de atividade.

A Tabela 13 refere-se ao ano de 2007 e, nesse ano, a América do Sul se destacava como destino do IED brasileiro em atividades agrícolas e pecuárias – em que respondeu por 80% do total dos investimentos brasileiros neste setor – na indústria de transformação – com participação de 36% do total setorial – em construção – com 38% – em transporte, armazenamento – com 34% – e em atividades imobiliárias – com 38%. Exceto no caso de indústria de transformação – que respondia por 13% do estoque global de IED brasileiro – em todos os setores em que a América do Sul se destacava, em 2007, como destino relevante, os investimentos brasileiros eram muito pouco significativos. Em nenhum deles, a participação setorial no estoque total de IED brasileiro alcançava 1%. Portanto, com exceção da indústria de transformação, a América do Sul era destino importante de investimentos de setores pouco expressivos na pauta brasileira. No caso da indústria de transformação, o principal destaque ficava por conta da Argentina (com 15% do estoque global de IDE) e Peru (com 12,5%).

Em 2013 (Tabela 14), o quadro muda significativamente, com tendência generalizada de queda da participação da região no estoque de IED brasileiro no exterior. A região continuava relativamente “especializada” em investimentos brasileiros nos setores de agricultura e pecuária, da indústria de transformação e de construção, mas esses setores registraram queda de participação – mais acentuada para os dois primeiros – da região no estoque global de IED brasileiro. Mais uma vez, o único desses setores com peso significativo no IED brasileiro (mais de 18%, em 2013) é a indústria de transformação.

Em relação à indústria de transformação, o que a comparação entre os dados de 2007 e 2013 indica é que o peso da América do Sul como destino dos investimentos externos brasileiros caiu de 36% para pouco mais de 14%, ao mesmo tempo em que o da União Europeia aumentava de 36% para 80%. Essas evoluções sugerem que os investimentos da indústria de transformação passaram a ser crescentemente canalizados por meio de holdings ou subsidiárias estabelecidas na União Europeia, sobretudo, como já comentado, em países com legislação tributária favorecida. Obviamente, a diversificação geográfica dos investimentos externos brasileiros – ou seja, dos destinos finais dos investimentos – pode, também, ter contribuído para reduzir o peso da região no total.

TABELA 13 – ESTOQUE DE INVESTIMENTOS DIRETOS BRASILEIROS NO EXTERIOR: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR SETORES DE ATIVIDADE – 2007 (EM %)

Total País	A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	B - Indústrias Extrativas	C - Indústrias de Transformação	D - Eletricidade e Gás	F - Construção	G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	H - Transporte, Armazenagem e Correio	I - Alojamento e Alimentação	J - Informação e Comunicação	K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços e Relacionados	L - Atividades Imobiliárias	Outros ²⁾
América do Sul	80,37	0,00	35,70	100,00	38,21	15,86	33,74	0,00	7,06	4,73	37,67	1,96
Argentina	12,89		15,00		2,90	7,59	22,65		4,62	2,78	3,77	0,37
Chile			4,46	100,00	5,51	2,32	11,10		0,46	0,05	26,15	0,09
Colômbia			2,54		3,71	0,35						0,00
Paraguai	9,36		0,06			0,33						0,16
Peru	0,53		8,63		12,75	0,49						0,00
Uruguai	58,12		2,29		5,82	4,25			1,98	1,90	7,75	1,32
Venezuela			2,73		7,53	0,52						0,01
União Europeia	12,19	65,21	36,44	0,00	11,35	50,70	0,00		4,42	12,83	13,27	77,65
América do Norte	3,34	0,00	25,84	0,00	13,09	8,85	66,26		31,36	6,34	12,24	2,85
Paraísos Fiscais*	0,00	34,79	0,00	0,00	14,05	19,47	0,00		55,60	74,99	36,81	15,35
Demais	4,09	0,00	0,13	0,00	4,89	3,46	0,00		0,00	1,00	0,00	1,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELA 14 – ESTOQUE DE INVESTIMENTOS DIRETOS BRASILEIROS NO EXTERIOR: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR SETORES DE ATIVIDADE - 2013 (EM %)

	Total país	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	Indústrias Extrativas	Indústrias de Transformação	Construção	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Outros
América do Sul	5,6	17,3	0,0	14,4	34,7	10,7	3,5	4,4	8,5	7,6
Argentina	1,7	2,5	0,0	6,1	3,3	3,4	0,9	1,7	0,4	0,8
Chile	0,6	0,1		0,7	0,3	0,8	1,0	0,2	0,4	0,4
Colômbia	0,2			0,5	1,6	0,6		0,1	0,0	1,6
Paraguai	0,2	5,7		0,2		0,9	0,4			0,3
Peru	1,2			4,7	13,8	0,6		0,0		3,4
Uruguai	1,1	9,1		0,6	0,3	4,0	1,3	2,5	7,7	1,0
Venezuela	0,5			1,6	15,3	0,3				0,1
União Europeia	53,1	55,7	99,5	79,6	12,5	56,5	18,1	21,3	50,5	47,7
América do Norte	5,2	4,6	0,0	1,4	4,3	3,1	8,9	13,0	6,7	7,8
Paraísos Fiscais*	33,3	20,8	0,5	2,1	11,3	17,5	67,2	57,4	33,3	29,2
Demais	1,8	1,5	0,0	0,6	5,6	10,1	2,0	3,8	0,9	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Considerando os impactos do viés existente nos dados relativos aos destinos geográficos dos investimentos externos – mais uma vez evidenciado pela análise do parágrafo acima – é útil recorrer a trabalhos que, por meio de pesquisas junto a empresas transnacionais brasileiras, em geral, entre as maiores e mais internacionalizadas delas, reúnem informações sobre a localização geográfica de suas unidades no exterior, mitigando o referido viés (mas, provavelmente, não o eliminando). É o caso do *ranking* de multinacionais brasileiras, elaborado pela Fundação Dom Cabral (FDC), e publicado anualmente desde 2006¹².

A publicação apresenta anualmente indicadores baseados no número de empresas brasileiras com subsidiárias na região. O objetivo é apontar o percentual de empresas do *ranking* que têm subsidiárias em cada região. Esses dados foram disponibilizados a partir de 2011 (no *ranking* publicado em 2012).

Em 2011, por exemplo, o número de empresas com filiais na América Latina¹³ chegava a 77,8%, muito acima do observado para a região segunda colocada, a América do Norte, com 57,1%. Seguiam-se Europa e Ásia, com valores percentuais bastante próximos (46% e 44,4%, respectivamente) e África, com 27%.

Em 2012, a relação das regiões consideradas na pesquisa sofreu alterações, o que dificulta a comparação com o ano anterior, mas a América do Sul mantém os percentuais atribuídos em 2011 à América Latina, ao passo que cresce bastante a participação da América do Norte (de 70%, em 2012), da Europa (54%) e da África (30%).

Em 2013, os percentuais de empresas que possuem subsidiárias na América do Sul e na América do Norte continuam sendo os maiores, embora registrando pequena queda (75,8% e 66,7%, respectivamente) em relação ao ano anterior¹⁴.

Estas tendências – a relevância da região de entorno e a participação secundária, mas crescente, de outras regiões – parecem se confirmar com a constatação de que há onze países que registram presença de pelo menos 15 empresas brasileiras¹⁵. Destes, sete se encontram na América do Sul – Argentina com 33 (35 no ano anterior) e Chile com 28 (30 no ano anterior), sendo os mais representados.

A América do Sul também aparece, no *ranking* da FDC, como a localização privilegiada para a implantação da primeira subsidiária das empresas brasileiras no exterior. De fato, 51,9% das empresas do *ranking* da FDC em 2014 apontaram a América do Sul como a região de destino de seu primeiro investimento em subsidiária no exterior, ficando a América do Norte na segunda posição, com 33,3% do total. A Europa ocupa um distante terceiro lugar, com apenas 9,3%.

O *ranking* de 2014 traz ainda informações sobre os países em que empresas brasileiras iniciaram ou interromperam operações em 2013. O principal destaque, nesse caso, é o número de empresas (cinco) que saíram da Argentina no ano, enquanto o Equador acolhia dois novos projetos de investimento originados no Brasil.

A pesquisa da CNI junto a empresas brasileiras com investimentos no exterior, realizada no âmbito da Mobilização Empresarial para a Inovação, também traz alguns elementos à discussão dos investimentos do Brasil na região. Conforme o Gráfico 1, as empresas que responderam à pesquisa da CNI reportaram 53 casos de investimentos em países da região, um número que supera de longe o da região que ocupa a segunda posição – o NAFTA, com 35 ocorrências. Confirma-se que a região é a área preferencial dos investidores externos brasileiros e a mais frequente porta de entrada das empresas brasileiras na internacionalização produtiva.

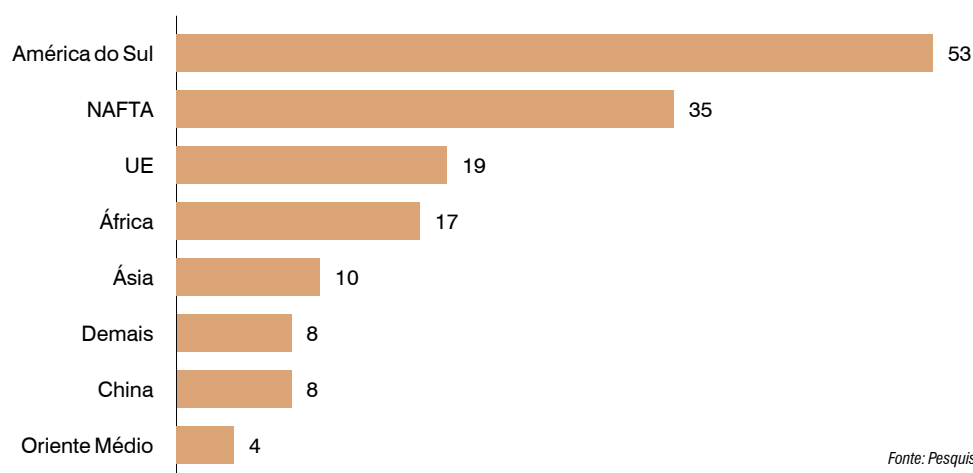
¹² Os resultados obtidos por este exercício referem-se sempre às empresas listadas anualmente como as mais internacionalizadas do país, o conjunto podendo variar de acordo com o desempenho das empresas de um ano a outro.

¹³ O *ranking* não apresentava, em 2011, dados desagregados para a América do Sul, os quais somente passaram a ser fornecidos em 2012.

¹⁴ Estes dados referem-se ao conjunto de subsidiárias e de franquias de empresas brasileiras no exterior.

¹⁵ *Ranking* das Transnacionais Brasileiras em 2014, Fundação Dom Cabral.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NOS INVESTIMENTOS PRODUTIVOS EXTERNOS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS



Fonte: Pesquisa CNI/MEI (2013).

4.3 POSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM PAÍSES SELECIONADOS DA REGIÃO

A análise dos fluxos e estoques de IED recebidos pelos países da América do Sul, bem como dos investimentos brasileiros na região deixa claro que a Argentina permanece um destino relevante dos investimentos diretos brasileiros – embora com tendência de queda – enquanto Chile e Peru ganham relevância não apenas para os investimentos brasileiros, mas, também, para investimentos externos de outras origens.

Nessa subseção, se buscará mapear de forma muito sucinta as principais características setoriais e geográficas do IED recebido por estes três países, bem como a posição ocupada pelos investimentos brasileiros no conjunto de investimentos direcionados a tais países.

a) Argentina

Como se observou, a Argentina vem perdendo relevância como destino dos fluxos de IED recebido e seu estoque de investimentos externos vem se reduzindo nos últimos anos, em relação ao mundo, ao conjunto de países em desenvolvimento e à região. Na origem desta tendência, encontra-se a recorrente situação de instabilidade macroeconômica, à qual se juntaram, nos últimos anos, políticas restritivas ao capital externo, inclusive com episódios de expropriação e nacionalização de empresas que haviam sido privatizadas durante a última década do século XX.

O agravamento recente da crise cambial, com o conseqüente racionamento de divisas a partir do final de 2011, acrescenta um novo elemento ao quadro argentino e tem afetado diretamente os fluxos de IED direcionados ao país. Além da redução, em números absolutos, dos fluxos de entrada de IED registrados em 2013 (em relação a 2012), observa-se que estes fluxos são essencialmente produto do reinvestimento de lucros obtidos pelas empresas transnacionais já instaladas na Argentina e não o resultado de novas entradas de capital externo¹⁶.

Nos últimos anos, os setores intensivos em recursos naturais e, em especial, a mineração, aumentaram sua participação nos fluxos de IED recebidos pela Argentina. A mineração respondeu por 11% dos fluxos no biênio 2005/2006, passando a representar 30%, em 2012/2013. Outros setores que ganharam participação foram o de serviços financeiros e a indústria química, de borracha e plástico. Já o setor de petróleo perdeu participação, tendo, inclusive, registrado, em 2012/2013, fluxos acumulados inferiores a US\$ 300 milhões, ou seja, pouco mais de 1% dos IED recebidos neste biênio (BCRA, 2013).

¹⁶ Algo semelhante se observa na Bolívia, em que o reinvestimento de lucros respondeu por mais de 80% dos fluxos de entrada de IDE em 2012 e 2013 e, em ainda maior grau, na Venezuela, em que os fluxos de aportes de capital são negativos desde 2009 e os reinvestimentos de lucros, seguidos pelos empréstimos intracompanhias, respondem por mais de 100% dos fluxos líquidos de IDE recebidos.

Em termos de estoque de IED recebido, o setor de petróleo ainda aparece como o mais relevante, com 20% do total, abaixo dos 23,3%, registrados em 2008, e com valores absolutos inferiores aos daquele ano. Aqui também o destaque é a mineração, cuja participação no estoque passa de 4,7%, em 2008, para 10%, em 2013. Canadá e Chile são os principais detentores do estoque de IEDS em mineração na Argentina, com participações, em 2013, de, respectivamente, 31% e 17%. Do lado da indústria de transformação, a evolução dos estoques varia segundo os setores, mas a participação destes tende a se manter estável entre 2008 e 2013, à exceção da automotiva, cuja participação se reduz no período, de 7,5% para 5,7%.

O Brasil foi, no período 2005/2013, o quarto maior investidor na Argentina, com fluxos acumulados de US\$ 7,9 bilhões, atrás apenas dos EUA (US\$ 13 bilhões), Países Baixos (US\$ 9,4 bilhões) e Espanha (US\$ 9,3 bilhões) e seguido de perto pelo Chile (US\$ 7,1 bilhões). Como aconteceu com os demais investidores externos relevantes na Argentina, os fluxos originados no Brasil oscilaram muito ano a ano, ao longo desse período, atingindo seu auge no biênio 2010/2011 (US\$ 1,6 bilhão em média anual), para sofrer forte queda no biênio seguinte (US\$ 463 milhões, em média anual). Nesse último biênio, a participação do Brasil nos fluxos de IEDS recebidos pela Argentina foi de apenas 3,7% contra 15,2% no biênio anterior e 9,6% no período 2005/2013. Vale registrar que os investimentos de outros grandes *players* na Argentina, como Países Baixos e EUA, não sofreram, em 2012/2013, a queda observada no caso brasileiro e que levou o Brasil a ser ultrapassado, nos últimos anos, por Chile e Canadá, que vêm aumentando significativamente seus investimentos (BCRA, 2013).

O estoque de IED brasileiro na Argentina ocupava, em 2013, a quinta posição entre os investidores externos, respondendo por 6,3% do total, atrás dos EUA, Espanha, Holanda e Chile. O estoque de IED brasileiro na Argentina, em 2013, concentrava-se na indústria automotiva (28%, contra 39%, em 2008), na indústria de alimentos e bebidas (12%) e no setor financeiro (12%), além da indústria química (7%) e serviços de transportes (7%).

O Brasil é um investidor de destaque em alguns setores da indústria e serviços na Argentina, como revelam os dados de estoque de IED recebido do Banco Central daquele país (BCRA, 2013). Assim, em 2013, o Brasil aparecia como o primeiro investidor externo no setor automotivo, com 29% de participação no estoque de IED setorial – à frente dos Países Baixos e dos EUA – como o segundo colocado em alimentos e bebidas (participação de 13%, atrás da Espanha, com 30%) e em máquinas e equipamentos (participação de 7,4%, muito atrás dos EUA, com 36%). Em posições de menor destaque, o Brasil aparece também nos *rankings* de investidores na indústria química (4,4%, em sexto lugar) e em metalurgia (2%, em sexto lugar).

b) Chile

O Chile é um dos países que ganharam participação nos fluxos de IED dirigidos à América do Sul. Estabilidade política e regulatória, além de um regime comercial e de investimentos francamente liberal e “intensivo em acordos preferenciais” conformam um ambiente que tem atraído investidores de todo o mundo, apesar do mercado interno limitado. Dois macrossetores dominam os fluxos de IED recebidos pelo Chile, nos últimos anos: mineração e serviços. Enquanto o primeiro é um setor voltado essencialmente para a exportação, o segundo atende, em muitos casos, no Chile, não apenas o mercado doméstico, mas, também, mercados externos.

No biênio 2011/2012, o setor de mineração respondeu por 61% dos fluxos de IED dirigidos ao Chile. No setor terciário, serviços financeiros (12,3%) e energia (4,6%) foram os destaques, cabendo à indústria de transformação uma parcela de 5,7% do IED recebido pelo Chile no biênio. Em 2013, o IED direcionado ao Chile registrou baixa expressiva, de 29%, inteiramente atribuível à queda dos investimentos em mineração – em função da redução dos preços internacionais do cobre – e, em menor grau, na indústria de transformação. Em compensação, cresceram, em termos absolutos e relativos, os investimentos em

energia, que passaram a representar, nesse ano, 24% dos fluxos totais dirigidos ao país. Serviços financeiros mantiveram-se como um polo importante de atração de IDE, embora o valor dos investimentos externos em 2013 tenha se mantido na média do biênio anterior.

Mineração, energia e serviços financeiros também são os principais destaques dos investimentos externos no Chile, quando se avaliam os estoques por setor. Nesse caso, porém, a participação da mineração é bastante inferior à registrada nos fluxos recentes de IED – sugerindo que os últimos anos registraram no país um auge dos investimentos externos em mineração. No que se refere aos estoques, a participação da mineração no total, em 2013, foi de 32,4%, a de serviços financeiros de 11,6% e a de energia de 7%.

Em relação aos países de origem dos fluxos de IDE, os dados do Banco Central do Chile indicam que, para o período 2008/2013, os EUA foram o principal investidor externo, com 16,7% do total (US\$ 16,9 bilhões), seguidos de Países Baixos (14,8%) e Espanha (10,4%). Outros investidores relevantes no período foram o Canadá (5%), o Reino Unido (4,3%) e o Japão (3,8%). O Brasil ocupa, em relação aos fluxos deste período, a sétima posição, atrás desses países (e excluídos paraísos fiscais), com participação de 2,7% no total.

Em 2013, o estoque de investimentos brasileiros no Chile atingia US\$ 4,6 bilhões, segundo os dados do Banco Central do Chile. Também em relação ao estoque, o Brasil ocupava, naquele ano, a sétima posição entre os investidores externos, os seis primeiros colocados sendo os mesmos listados para o *ranking* de fluxos – e na mesma ordem deste *ranking*.

Os investimentos brasileiros no Chile voltam-se para setores industriais produtores de bens intermediários processados, bem como de máquinas e equipamentos (rodoviários, elétricos, etc.), além de setores de serviços (engenharia e construção, tecnologia de informação e financeiro).

c) Peru

Assim como o Chile, o Peru é um país que vem se beneficiando de fluxos crescentes de IDE. Entre 2000 e 2012, os fluxos de IED dirigidos ao Peru passaram de US\$ 810 milhões a US\$ 12,2 bilhões, ou seja, se multiplicaram por 15. Em 2013, registrou-se, como aconteceu com o Chile, redução nos fluxos, que retrocederam a US\$ 10,2 bilhões, refletindo muito provavelmente o adiamento de projetos de investimento em setores de mineração.

De fato, assim como se verificou no caso chileno, o desempenho do Peru como receptor de IED reflete nos últimos anos, em boa medida, novos aportes de capital e reinvestimentos de empresas de mineração. O setor de mineração recebeu investimentos recentes de empresas canadenses, chinesas e brasileiras e registra-se tendência acentuada ao aumento da participação da China como investidora neste setor. Não há dados oficiais do Peru sobre a distribuição do IED por setores econômicos, mas, pelas informações jornalísticas, é possível concluir que, além da mineração, setores de serviços (energia, transportes e financeiros) têm recebido aportes significativos de capitais estrangeiros nos últimos anos.

Uma aproximação pouco precisa das tendências setoriais do IED direcionado ao Peru nos últimos anos pode ser obtida a partir da listagem, elaborada pela agência peruana de promoção de investimentos (*Proinversión*), de investidores que efetuaram aportes de capital no período 2010/2014.

A *Proinversión* listou 132 projetos segundo empresas receptoras dos investimentos. Destes, os principais destaques ficam por conta dos setores de energia (27 projetos), finanças (19), transporte (16), mineração (14), construção (13) e indústria (12). Há certo *overlapping* entre os setores de transporte e construção, já que determinados investimentos dizem respeito, por exemplo, à construção de uma rodovia (classificada como construção) e à sua operação no regime de concessão (computada como transporte).

Na mesma listagem, estão contabilizados 109 investidores, responsáveis pelo aporte de capital nos projetos mencionados. Destes, há oito empresas investidoras brasileiras, responsáveis por aportes de capital em 14 projetos em diversos setores – energia (três), agricultura e irrigação (três), construção (três), transporte – concessão de rodovias (dois), mineração (dois) e indústria de cimento (um). Mais da metade dos projetos são de responsabilidade de empresas do Grupo Odebrecht, que atua em projetos de agricultura e irrigação, energia, construção e concessão de rodovias¹⁷.

Os dados oficiais do Peru sobre origem dos investimentos externos não se referem a fluxos e estoques, mas ao saldo dos investimentos como aporte de capital. Utilizando-se estes dados, observa-se que, em 2013, os mais importantes investidores no país eram a Espanha (19,2% do saldo no ano), o Reino Unido (18,6%) e os EUA (13,5%). Seguem-se os EUA e os Países Baixos, o Brasil ocupando a sexta posição, imediatamente precedido pelo Chile e seguido pela Colômbia e pelo Canadá. A participação brasileira no saldo de IED recebido pelo Peru em 2013 era de 5%, contra 6,4% do Chile, 4,7% da Colômbia e do Canadá. O forte crescimento da participação dos três países sul-americanos no saldo de IED direcionado ao Peru data da primeira década do século, sendo o Chile o pioneiro, seguido pela Colômbia, principalmente a partir de 2002, e pelo Brasil, a partir de 2010.

4.4 INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS BRASILEIROS NA AMÉRICA DO SUL: NÚMERO DE PROJETOS POR PAÍSES E MODALIDADE DO INVESTIMENTO

A publicação trimestral IndexInvest, elaborada pelo CINDES – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, monitora, por meio de jornais e periódicos do Brasil e de outros países da América Latina, os projetos de investimentos anunciados e realizados por empresas brasileiras na América do Sul e no México. Não se trata, portanto, de um levantamento exaustivo e os dados gerados não são comparáveis àqueles elaborados pela UNCTAD e pelo Banco Central do Brasil, que dizem respeito a valores (em US\$) dos fluxos e estoques dos investimentos e não ao número de projetos.

Os dados que serão apresentados nas tabelas desta seção referem-se apenas a projetos (anunciados e realizados) de investimento em setores industriais – inclusive os agroindustriais e os de mineração – em países da América do Sul. Excluem-se, pois, os dados referentes aos investimentos no México.

A Tabela 15 apresenta o número de projetos de investimentos realizados no setor industrial na América do Sul por país de destino, nos biênios 2007/2008, 2009/2010, 2011/2012 e 2013/2014. No total do período, foram registrados 109 projetos de investimentos industriais efetivamente realizados.

Observa-se, entre 2007/2008 e 2011/2012, nítida tendência de redução do número total de projetos de investimentos industriais realizados. No último biênio, esta tendência é parcialmente revertida. No primeiro biênio – que se refere, em sua quase totalidade, ao período pré-crise internacional – são 46 projetos, no segundo, 31, e no terceiro, 14. Ano a ano (dados não apresentados aqui), registra-se a mesma tendência de queda contínua, que começa a se reverter em 2013, quando o número de projetos passa de cinco para oito. Em 2014, com novo crescimento, o número de projetos industriais realizados atingiu 10.

A Argentina é o principal destino dos projetos identificados pelo IndexInvest, com 38,5% do total no período, mas é neste país que a redução dos investimentos no período pós-crise mais chama a atenção. Nos dois anos do pré-crise, este país recebera 22 projetos de investimentos industriais brasileiros, número que se reduz a 10, no biênio seguinte, a sete no terceiro biênio e a apenas três no quarto. Em 2007/2008, a Argentina respondia por quase metade dos investimentos industriais brasileiros realizados na América do Sul. No último biênio, sua participação cai para 16,7%.

¹⁷ De acordo com Marra de Souza (2013), as empresas brasileiras com investimentos no Peru atuam sobretudo nos setores de serviços (construção e engenharia, energia) e em setores industriais produtores de bens intermediários processados.

No entanto, a redução do número de projetos realizados entre 2007/2008 e 2011/2012 ocorre de forma generalizada, em praticamente todos os países da região. Entre estes dois biênios, o número total de projetos industriais brasileiros na região cai de 46 para 14 e esta redução afeta todos os países, exceto a Venezuela – cuja participação era marginal no primeiro biênio.

No último biênio, a reversão da tendência de queda no total de projetos de investimentos é associada à recuperação observada em países como Peru, Colômbia e Uruguai e a projetos em países com participação nula até então, como Paraguai e Bolívia. O resultado é, no biênio, além da forte queda na participação argentina, uma distribuição bastante equilibrada do número de projetos por países, padrão muito diferente daquele observado no biênio anterior.

TABELA 15 – NÚMERO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS NO SETOR INDUSTRIAL NA AMÉRICA DO SUL POR PAÍS DE DESTINO

Destino	2007/2008		2009/2010		2011/2012		2013/2014	
		%		%		%		%
Argentina	22	47,8	10	32,3	7	50,0	3	16,7
Bolívia	0	-	1	3,2	0	-	2	11,1
Chile	8	17,4	5	16,1	4	28,6	1	5,6
Colômbia	4	8,7	4	12,9	1	7,1	3	16,7
Paraguai	0	-	0	-	0	-	2	11,1
Peru	5	10,9	6	19,4	1	7,1	3	16,7
Uruguai	6	13,0	3	9,7	0	-	4	22,2
Venezuela	1	2,2	2	6,5	1	7,1	0	-
Total Global	46	100,0	31	100,0	14	100,0	18	100,0

Fonte: IndexInvest Brasil – CINDES.

Em relação à modalidade do investimento, a aquisição supera amplamente os investimentos *greenfield* no total do período (51,4% contra 24,8%). Já o investimento para ampliação de unidades existentes – ou seja, investimentos adicionais realizados por empresas brasileiras em países em que elas já se encontravam instaladas – registra participação decrescente nos últimos dois biênios, respondendo por 5,6%, em 2013/2014 (Tabela 16). Embora a aquisição tenha sido, em todos os biênios, a modalidade de investimento predominante, sua participação é amplamente majoritária no último biênio, em que representa 72,2% dos projetos de investimento industrial identificados.

Esses dados confirmam resultados de outras pesquisas, inclusive da própria CNI (2013), que identificam na aquisição a modalidade preferencial de entrada em mercados externos via investimento por parte das empresas brasileiras – uma estratégia compatível com o objetivo de conquistar participação nos mercados domésticos visados pelo investimento, por meio da compra de ativos e marcas consolidadas.

A ampliação, por outro lado, não é uma estratégia de entrada em novos mercados, mas de consolidação de posições com vistas ao aumento do escopo de atuação da empresa no país em que o investimento é feito. Trata-se de estratégia que envolve, por definição, empresas que já haviam feito investimentos anteriores nos países da região.

TABELA 16 – NÚMERO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS REALIZADOS NA AMÉRICA DO SUL POR TIPO

Tipo	2007/2008		2009/2010		2011/2012		2013/2014	
		%		%		%		%
Ampliação	3	6,5	10	32,3	3	21,4	1	5,6
Aquisição	27	58,7	10	32,3	6	42,9	13	72,2
<i>Greenfield</i>	12	26,1	8	25,8	5	35,7	2	11,1
<i>Joint venture</i>	3	6,5	2	6,5	0	-	2	11,1
n.d.	1	2,2	1	3,2	0	-	0	-
Total Global	46	100,0	31	100,0	14	100,0	18	100,0

Fonte: IndexInvest Brasil - CINDES.

A distribuição por setores e países dos investimentos industriais realizados por empresas brasileiras (Tabela 17) revela a relevância de alguns setores no total regional: alimentos e bebidas (com 22 projetos no período), produtos da cadeia química e farmoquímica (15), indústrias extrativas – inclusive petróleo (17). Calçados e couro (nove), metalurgia básica (oito) e minerais não metálicos – cimento essencialmente – (sete) são outros setores com peso relevante no conjunto dos projetos de investimento realizados no período, indicando que há razoável diversificação setorial dos investimentos, que incluem 12 setores industriais. A notar a baixa participação no total de setores como máquinas e equipamentos mecânicos e, equipamentos de transporte, além da ausência de projetos da cadeia eletroeletrônica. Estes dados confirmam que a diversificação setorial dos projetos de investimentos brasileiros na América do Sul dá-se, em grande medida, dentro do conjunto de setores que são intensivos em recursos naturais – sejam os bens produzidos intermediários ou finais.

Boa parte da diversificação setorial observada deriva do perfil de investimentos brasileiros na Argentina – que abrangem sete dos 12 dos setores incluídos na Tabela 17 –, já que, no caso dos outros países, os investimentos brasileiros mostram um grau maior de especialização setorial.

A Argentina, além de ser o único destino regional dos investimentos brasileiros em setores intensivos em mão de obra, como têxtil e couro e calçados (com um total de 13 projetos no período), aparece como principal destino em alimentos e bebidas (11 de um total de 22 projetos) e em produtos das cadeias química e farmoquímica (cinco de 15). Os projetos realizados no Chile concentram-se em alimentos e bebidas, químicos e petróleo, os no Uruguai em alimentos e bebidas, os no Peru em metalurgia básica e minerais não metálicos (cimento), e os na Colômbia em petróleo e extrativas minerais.

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS REALIZADOS, 2007 A 2014

Setores	Nº de projetos realizados	Montante total (aprox.) (US\$ milhões)	Principais países (número de projetos)
Alimentos e bebidas	22	3.673 (14)	Argentina (11), Uruguai (7), Chile (4)
Produtos Químicos	15	42 (2)	Argentina (5), Chile (4)
Extrativas	10	6.106 (6)	Colômbia (3), Uruguai (2)
Calçados e couro	9	172 (8)	Argentina (9)
Metalurgia básica	8	2.424 (5)	Argentina (2), Peru (2)
Coque, Refino de Petróleo, Comb. Nucleares e Álcool	7	3.694 (6)	Colômbia (3), Chile (2)
Minerais Não Metálicos	7	1.772 (6)	Peru (4)
Têxtil	5	71 (3)	Argentina (4)
Fabricação de meios de transporte	2	88 (2)	Argentina (2)
Borracha e plástico	1	16 (1)	Uruguai (1)
Madeira	1	64 (1)	Colômbia (1)
Máquinas e equipamentos - excl. elétr.; eletrôn.; de precisão e de comunicações.	1	90 (1)	Argentina (1)

Fonte: IndexInvest Brasil - CINEDES.

Investimentos na Argentina seguem uma lógica de acesso ao mercado doméstico de consumo, o maior da região depois do Brasil, intensificada pelos esforços para superar barreiras não tarifárias impostas pelo governo daquele país às exportações brasileiras de setores como o têxtil e de calçados (estratégia de *tariff-jumping*). Nos demais países, os investimentos traduzem duas lógicas distintas: o acesso ao mercado doméstico, no caso de setores da indústria de transformação, e o acesso a recursos naturais, no caso das indústrias extrativas, petróleo e cimento.

Estas lógicas se mantêm dominantes ao longo do período analisado, inclusive em sua etapa mais recente. Em relação especificamente ao ano de 2014, os dados do IndexInvest, além de revelarem uma recuperação importante do número de projetos realizados, quando comparado com os três anos anteriores, confirmam a tendência ao crescimento da participação da Colômbia e do Peru como destino dos projetos de investimentos industriais brasileiros.

Apesar das dificuldades macroeconômicas e políticas por que passa a Argentina, ainda se observam, em 2014, movimentos de investimentos de empresas brasileiras em direção àquele país. Por outro lado, é digno de nota o crescente interesse de empresas brasileiras pelo Paraguai. Em 2014, o país recebeu o maior número de registros desde o início da série do IndexInvest: três investimentos anunciados e dois realizados. As perspectivas de estabilização política e de melhoria no ambiente econômico vêm atraindo empresas brasileiras em busca de custos de produção mais baratos.

4.5 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DESTA SEÇÃO

Recorrendo a fontes diversas para suprir carências de dados estatísticos que refletissem a dimensão e as características do investimento direto do Brasil na América do Sul, este trabalho identificou alguns aspectos e tendências relevantes destes investimentos e dos mercados a que eles se dirigem.

- Observam-se, nos fluxos de IED originados no Brasil, tendências semelhantes – em termos de direcionamento geográfico – às observadas para os fluxos globais direcionados à América do Sul: crescimento do peso de Chile, Colômbia e Peru, de um lado, e perda de participação de Argentina e Venezuela. A discrepância entre tendências “geográficas” do IED brasileiro e mundial ocorre apenas no caso do Uruguai, que perde peso relativo como destino dos IED brasileiros, ao passo em que ganha participação nos IED originados em todo o mundo.
- Argentina e Chile são os dois principais destinos dos investimentos externos brasileiros: o primeiro país apresenta tendência de queda como destino dos investimentos brasileiros, enquanto a participação do segundo em fluxos e estoque cresce. Segundo informações de estoque extraídas do banco de dados do FMI, a participação do Chile já superaria a da Argentina nos últimos anos.
- A redução da participação da região como destino dos investimentos externos da indústria de transformação, entre 2007 e 2013, ao mesmo tempo em que aumenta substancialmente o peso da União Europeia, sugere que os investimentos da indústria de transformação para a América do Sul passaram a ser crescentemente canalizados por meio de *holdings* ou subsidiárias estabelecidas na União Europeia, sobretudo em países com legislação tributária favorecida. Obviamente, a diversificação geográfica dos investimentos externos brasileiros – ou seja, dos destinos finais dos investimentos – pode também ter contribuído para reduzir o peso da região no total, mas não há como avaliar a dimensão deste fenômeno a partir dos dados do Banco Central.
- O Brasil foi, no período 2005/2013, o quarto maior investidor na Argentina, atrás apenas dos EUA, Países Baixos e Espanha (US\$ 9,3 bilhões) e seguido de perto pelo Chile. Como aconteceu com os demais investidores externos relevantes na Argentina, os fluxos originados no Brasil oscilaram muito ano a ano, ao longo desse período, refletindo a volatilidade da situação econômica do país.
- O Brasil é um investidor de destaque em alguns setores da indústria e serviços na Argentina. Assim, em 2013, o Brasil aparecia como o primeiro investidor externo no setor automotivo, como o segundo colocado em alimentos e bebidas (atrás da Espanha) e em máquinas e equipamentos (muito atrás dos EUA). Em posições de menor destaque, o Brasil aparece também nos *rankings* de investidores na indústria química e em metalurgia.
- Entre 2008 e 2013, o Brasil ocupou a sétima posição entre os investidores externos no Chile, sendo os EUA, Países Baixos e Espanha os três principais investidores no país. Mineração, energia e serviços financeiros também são os principais destaques dos investimentos externos no Chile, quando se avaliam os estoques por setor.
- No Peru, observa-se forte crescimento dos fluxos de IDE, com participação especialmente relevante de Espanha, Chile, Colômbia, EUA, Reino Unido e – mais recentemente – China. Energia, mineração e serviços são os principais setores visados pelos investimentos externos. O Brasil participa com investimentos no setor de mineração e construção/concessões rodoviárias, entre outros.
- Tanto no Chile quanto no Peru, os investimentos em mineração registraram, em 2013, retração significativa, resultado da redução dos investimentos em mineração, em função da queda dos preços internacionais das *commodities* minerais. Este processo impactou também empresas brasileiras do setor.
- Os projetos de investimentos externos de empresas brasileiras na região contemplam, com especial intensidade, setores como os de alimentos e bebidas, produtos químicos, indústrias extrativas, mas, também, indicam que há razoável diversificação setorial dos investimentos, que incluem 12 setores industriais.

- Boa parte desta diversificação deriva do perfil de investimentos brasileiros na Argentina, já que, no caso dos outros países, os investimentos brasileiros mostram um grau maior de especialização setorial. A Argentina, além de aparecer como único destino regional dos investimentos brasileiros em setores intensivos em mão de obra, como têxtil e couro e calçados, é o principal destino em alimentos e bebidas e produtos químicos.
- Os projetos realizados em países como Chile, Peru, Uruguai e Colômbia concentram-se em setores intensivos em recursos naturais (minerais nos países da Aliança do Pacífico, e agropecuários, no Uruguai), não apresentando a diversidade setorial identificada nos investimentos direcionados à Argentina.
- Investimentos na Argentina seguem uma lógica de acesso ao mercado doméstico de consumo, o maior da região depois do Brasil, intensificada pelos esforços para superar barreiras não tarifárias impostas pelo governo daquele país às exportações brasileiras de setores como têxtil e calçados (estratégia do tipo *tariff-jumping*). Nos demais países, os investimentos traduzem duas lógicas distintas: o acesso ao mercado doméstico, no caso de setores da indústria de transformação, e o acesso a recursos naturais (indústrias extrativas, petróleo etc.).
- Em relação à modalidade do investimento brasileiro na região, a aquisição supera amplamente os investimentos *greenfield* nos últimos anos. Esse dado confirma resultados de outras pesquisas, inclusive da própria CNI (2013), que identificam na aquisição a modalidade preferencial de entrada em mercados externos via investimento por parte das empresas brasileiras – uma estratégia compatível com o objetivo de ganhar participação nos mercados domésticos visados pelo investimento, por meio da compra de ativos e marcas consolidadas.



5. PESQUISA COM EMPRESAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS COM INVESTIMENTOS NA AMÉRICA DO SUL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o objetivo de contribuir para a melhor compreensão das questões relevantes para o investimento brasileiro na América do Sul, a CNI enviou a empresas industriais com investimentos na região questionário sobre tais operações. As questões apresentadas às empresas buscavam informações sobre: histórico, motivações, modalidades, obstáculos, incentivos perspectivas e prioridades de política à luz da experiência destas empresas como investidores na região¹⁸.

A CNI obteve respostas de 16 empresas, de mais de dez diferentes setores industriais, de várias cadeias produtivas (agronegócio, extrativas, química/petroquímica, material de transporte e autopeças, metalurgia etc.). Embora o questionário da pesquisa tenha sido respondido por um número limitado de empresas, entre elas encontram-se alguns dos maiores investidores brasileiros no exterior e, em particular, na região.

Apenas quatro setores têm mais de um representante entre os respondentes. Por esta razão, a análise dos resultados somente fará referências pontuais e não sistemáticas a questões que remetam a especificidades setoriais, embora se saiba que a percepção das empresas também é formada pela sua pertinência a determinado setor.

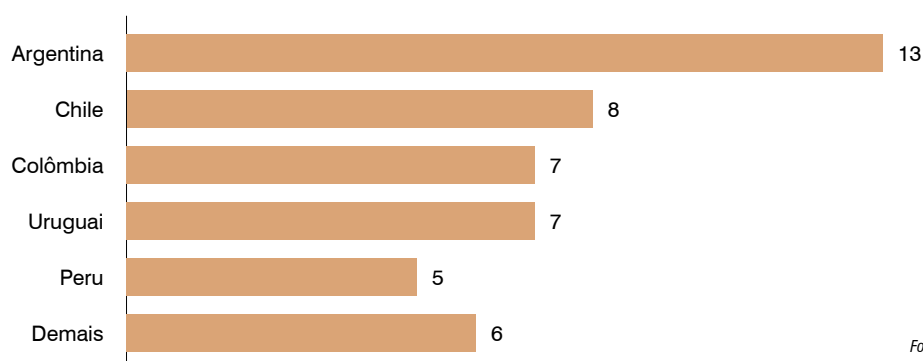
5.1. INVESTIMENTOS PRODUTIVOS: TRAJETÓRIAS E CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO ATUAL

As 16 empresas que responderam o questionário da CNI têm 46 projetos de investimento produtivo em países sul-americanos. Ou seja, uma média de aproximadamente três projetos (três países de destino dos investimentos) por empresa. 13 empresas têm investimentos produtivos na Argentina, oito no Chile, sete na Colômbia e no Uruguai, cinco no Peru, dois no Paraguai, na Bolívia e na Venezuela e nenhuma no Equador (Gráfico 2).

Uma empresa tem investimentos em sete países da região, duas em cinco, oito em dois a quatro países, e cinco em apenas um país. Das cinco empresas com investimento em um só país, para quatro este país é a Argentina.

¹⁸ O questionário da pesquisa é apresentado em Anexo a este relatório.

GRÁFICO 3 – NÚMERO DE PROJETOS DE IED POR PAÍSES DE DESTINO NA REGIÃO



Fonte: Pesquisa CNI.

Para nove empresas, seu principal – e único no caso de quatro delas – investimento produtivo na região é na Argentina, enquanto para três empresas o país que recebeu seu principal investimento foi a Colômbia e para outras três foi o Uruguai. O Chile como destino do principal investimento foi mencionado por apenas uma empresa.

Para a metade das empresas, os investimentos produtivos na região começaram a ser feitos antes do ano 2000. Ou seja, são empresas que têm hoje experiência significativa como investidores diretos na região. Entre 2000 e 2005 há apenas uma empresa que começou a investir na região, mas entre 2006 e 2010 o número de empresas que iniciam sua expansão produtiva na América do Sul cresce para quatro, caindo para três, depois de 2010.

Das oito empresas que fizeram seu primeiro investimento produtivo na região antes do ano 2000, quatro destinaram seus recursos para a Argentina, dois para o Chile, um para a Colômbia e um para a Bolívia. Para o conjunto das 16 empresas, nove iniciaram seus investimentos na América do Sul pela Argentina, dois pelo Chile, outros tantos pelo Uruguai e pela Colômbia. O destino do segundo investimento produtivo, em termos cronológicos, na região se distribui equitativamente entre diversos países: Colômbia e Chile (com três empresas cada), Uruguai e Argentina (com duas empresas cada).

Em 72,7% dos projetos de investimentos (33 casos), as empresas exportavam regular ou esporadicamente para os mercados nos quais investiram posteriormente. Portanto, na grande maioria dos casos, as exportações constituíram uma etapa prévia ao investimento no processo de internacionalização das empresas industriais na região.

Apenas em 28,3% (13 projetos) dos casos, as empresas iniciaram sua expansão nos mercados visados por meio de investimentos. Isso ocorre, em geral, em setores em que o investimento busca acesso a insumos ou recursos naturais locais e em que a exportação não compete com o investimento produtivo.

Apenas duas das 16 empresas da pesquisa limitam seus investimentos produtivos externos à América do Sul. As demais têm investimentos em outras regiões do mundo, aparecendo com destaque os países do NAFTA, em que essas empresas têm 18 projetos de investimento. Países da União Europeia são citados seis vezes, China e África, quatro cada uma. Mesmo empresas que, na região, têm investimentos produtivos apenas em um país, como a Argentina, também investem em outras regiões do mundo.

Apesar desta diversificação geográfica importante, o peso da região nos investimentos produtivos externos das empresas é muito significativo: das 14 empresas que responderam à pergunta (duas não o fizeram), oito informaram que a região representa mais de 50% do total de seus investimentos externos.

Para duas empresas, esta participação se situa entre 25% e 50% e, para quatro, ela é menor que 25% (para três, menor que 10%).

A participação das operações na região no total do faturamento bruto das empresas varia significativamente, mas para oito entre 13 empresas que responderam a esta questão, tal participação é igual ou menor que 10%, para três empresas, a relação se situa na faixa entre 10,1% e 15% e apenas para duas empresas ela supera 15% (nestes casos, a participação é maior ou igual a 25%). Portanto, a contribuição das operações nos outros países da região para o faturamento total das empresas ainda é, na grande maioria dos casos, limitada, ganhando maior expressão apenas no caso de duas das 13 empresas.

5.2 MODALIDADES DE INVESTIMENTO E SUAS MOTIVAÇÕES

Como já se observara em pesquisas anteriores da CNI, a aquisição de plantas e/ou empresas existentes, sem associação com empresas locais, aparece como a modalidade mais frequente de investimento para 12 das 16 empresas, ou seja, em 75% dos casos. A associação com empresas locais foi a modalidade preferida por três empresas e o investimento em unidade de produção nova (*greenfield*) sem associação com empresa local foi apontada como modalidade prioritária por apenas uma empresa. No entanto, oito empresas apontaram precisamente esta modalidade (o investimento *greenfield* sem associação) como a segunda modalidade de entrada mais utilizada entre 13 empresas que fizeram uso de mais de uma modalidade de investimento.

A principal motivação para a opção pela modalidade de investimento majoritária (a aquisição de empresas sem associação) seria para nove empresas – 56,2% do total – “garantir acesso a marcas e a *market shares* da empresa adquirida no mercado de destino”. Três empresas referiram-se ao objetivo de reduzir riscos comerciais do investimento e outras três à garantia do controle integral da subsidiária no país do investimento.

Estas três opções foram também as que dominaram as respostas relativas à segunda razão mais importante para escolher determinada modalidade de investimento. No caso destas respostas, seis empresas apontaram a redução dos riscos comerciais como a motivação secundária, quatro a garantia de acesso a marcas e *market share* e três a manutenção do controle integral sobre a subsidiária.

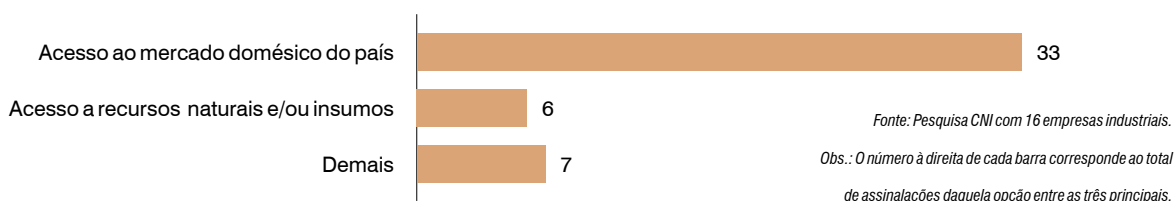
Combinando-se as duas opções, aparecem nitidamente como motivações para a modalidade de entrada preferida – aquisição de empresas sem associação – a garantia de acesso a marcas e *market share* como motivação mais importante, secundada pelas preocupações com a redução do risco comercial do investimento.

5.3 MOTIVAÇÕES DOMÉSTICAS E EXTERNAS PARA O INVESTIMENTO PRODUTIVO NA REGIÃO

No que se refere aos fatores relacionados ao Brasil que teriam levado as empresas a investir em outros países da região, a diversificação de riscos quanto ao ciclo econômico no Brasil aparece como a opção preferencial, seguida de perto pela compensação da perda de competitividade das exportações a partir do Brasil. Embora as duas opções tenham recebido o mesmo número de “primeira opção” de resposta – seis cada – a diversificação de riscos foi citada como segunda motivação por cinco empresas e a perda de competitividade de exportações a partir do Brasil por apenas uma. Assim, a diversificação de riscos recebeu, no total, 11 respostas e a perda de competitividade das exportações apenas sete.

A principal motivação não relacionada ao Brasil de 33 dos 46 investimentos produtivos realizados pelas empresas – ou seja, mais de 70% deste total – foi o acesso ao mercado doméstico dos países de destino dos investimentos (Gráfico 3). O acesso a recursos naturais ou a insumos foi a principal motivação em seis casos (13% do total) e as demais respostas quanto à primeira motivação do investimento na região se distribuem nas demais opções.

GRÁFICO 4 – PRINCIPAL MOTIVAÇÃO EXTERNA PARA OS PROJETOS DE IED NA REGIÃO (POR NÚMERO DE PROJETOS)



A distribuição da segunda principal motivação externa para os investimentos é menos concentrada no acesso ao mercado doméstico – de longe, a principal motivação. No que se refere à segunda motivação, o acesso ao mercado doméstico do país-alvo do investimento é mencionado sete vezes, número idêntico ao atribuído a acesso a terceiros mercados a partir do país-alvo do investimento – em função ou não da existência de acordos de livre comércio assinados por este país.

O objetivo de driblar barreiras comerciais às exportações brasileiras para o país-alvo do investimento foi citado como segunda motivação seis vezes, cinco das quais em relação à Argentina. Contornar barreiras logísticas às exportações por meio do investimento foi uma opção citada cinco vezes, três das quais em relação a países do Pacífico.

Analisando os dados por país de destino do investimento, observa-se que, no caso da Argentina, 12 dos 13 investimentos tiveram como motivação principal o acesso ao mercado doméstico e que a motivação secundária foi principalmente associada ao objetivo de ultrapassar as barreiras comerciais impostas pelo país às exportações desde o Brasil. No caso do Chile, todos os investimentos tiveram como principal motivação o acesso ao mercado doméstico, aparecendo o acesso a terceiros mercados como principal motivação secundária. O cenário é parecido no caso da Colômbia, onde o acesso ao mercado doméstico responde como principal motivação de seis em sete investimentos, as motivações secundárias dividindo-se entre potencial de acesso a terceiros mercados e a necessidade de contornar barreiras logísticas às exportações brasileiras. No Uruguai, a predominância do acesso ao mercado doméstico é menos relevante – o que é compatível com o tamanho do mercado do país – ganhando destaque outras motivações, como acesso a terceiros mercados. Finalmente, no caso do Peru, a principal motivação é o acesso ao mercado doméstico, enquanto a segunda é o acesso a terceiros mercados. Vale observar que apenas no caso de um investimento no Paraguai faz-se referência à disponibilidade de mão de obra a custos competitivos, como motivador do investimento.

5.4 COMPETIÇÃO E OBSTÁCULOS NOS PAÍSES-ALVO DOS INVESTIMENTOS

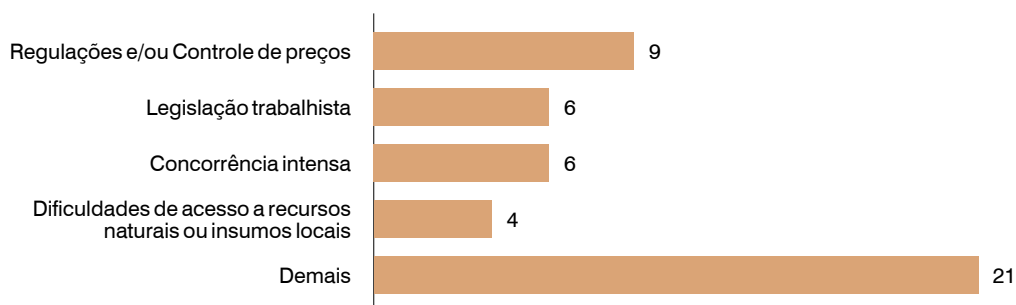
Os competidores das empresas brasileiras nos mercados-alvo de seus investimentos produtivos na região são, nas economias de maior porte, produtores locais e importações originárias de outros países. Nos países menores, a competição envolve principalmente terceiros países, em geral outros sul-americanos, em alguns casos de fora da região, notadamente a China.

Entre os obstáculos enfrentados pelas empresas em seus investimentos e nas operações em países da região, a opção mais frequentemente citada (nove vezes) como o principal obstáculo aponta para a regulação e/ou o controle de preços (Gráfico 4). Esse resultado está correlacionado à presença de um número importante de investimentos na Argentina (sendo mencionado cinco vezes), mas reflete, também, as percepções dos investidores na Venezuela e na Bolívia.

A legislação trabalhista doméstica também foi identificada (por seis empresas) como o principal obstáculo aos investimentos e operações, chamando a atenção a elevada participação do Uruguai (quatro empresas) neste quesito – as demais citações se referem à Argentina.

Também citado seis vezes como principal obstáculo encontra-se a elevada concorrência nos mercados visados pelo investimento – no caso, trata-se quase que exclusivamente de Chile, Colômbia e Peru (juntos respondendo por cinco das seis citações). Dificuldades de acesso a recursos naturais, burocracia para obtenção de licenças e resistências de comunidades locais somadas foram citadas cinco vezes como obstáculo principal aos investimentos e às operações das empresas. Ausência de tratados de investimentos (proteção ao investimento – com Argentina e Venezuela – e para evitar a dupla tributação) foi citada quatro vezes como principal obstáculo.

GRÁFICO 5 – PRINCIPAL OBSTÁCULO ENCONTRADO PELAS EMPRESAS NOS PAÍSES DE DESTINO DO IED (POR NÚMERO DE PROJETOS)



Fonte: Pesquisa CNI com 16 empresas industriais.

Obs.: O número à direita de cada barra corresponde ao total de assinalações daquela opção entre as três principais.

Em segundo lugar entre os obstáculos aos investimentos e às operações foram citados com maior frequência a legislação tributária doméstica dos países-alvo dos investimentos (oito vezes, sendo cinco na Argentina), a legislação trabalhista (seis vezes, quatro no Uruguai e duas na Argentina), problemas nas relações com governos e comunidades locais – dificuldades de acesso a recursos naturais, burocracia para obtenção de licenças e resistências de comunidades locais (seis vezes) – e ausência de tratados de investimentos com Argentina, Colômbia e Venezuela (quatro vezes).

Um exercício interessante para consolidar as percepções das empresas em relação ao tema dos obstáculos pode ser feito atribuindo-se peso 3 à opção assinalada como principal obstáculo, 2 àquela apontada como segundo principal obstáculo e 1 à opção designada como terceiro maior obstáculo.

Os resultados do exercício confirmam que a regulação e/ou controle de preços é o principal obstáculo, com um total de 34 pontos, seguido de perto (33) pela legislação trabalhista. Na terceira posição aparecem as opções que juntas apontam para dificuldades de relacionamento com *stakeholders* locais (governos, comunidades), com 28 pontos; em quarto; com 24 pontos, a ausência de tratados de investimentos e, em quinto, com 22 pontos, a legislação tributária doméstica dos países-alvo dos investimentos.

Em relação às políticas nacionais de investimento adotadas pelos países-alvo dos investimentos, apenas no caso da Argentina foram reportadas medidas que podem atuar como obstáculos ou restrições à atuação das empresas brasileiras com investimentos no país. É o caso das exigências (ou condicionamento da concessão de benefícios) relacionadas ao atingimento de percentuais de conteúdo nacional na produção de bens. A Argentina foi citada sete vezes como um país que aplica este tipo de medidas, o que não ocorreu com nenhum outro país da região em que as empresas da pesquisa têm investimentos produtivos.

Algo muito parecido ocorre em relação à existência de exigências relacionadas ao desempenho exportador do investidor brasileiro. Neste caso, apenas cinco vezes se afirmou a existência de tal tipo de exigência, quatro delas se referindo à Argentina (e uma à Bolívia).

5.5 INCENTIVOS E BENEFÍCIOS DOS INVESTIMENTOS NA REGIÃO PARA AS EMPRESAS INVESTIDORAS

Recorrendo-se, em relação à percepção empresarial dos incentivos oferecidos pelos países que recebem os investimentos industriais brasileiros, a exercício semelhante ao feito no caso dos obstáculos aos investimentos, observa-se que linhas especiais de financiamento ao investimento aparecem como o principal mecanismo de incentivo, com 34 pontos, seguidas do incentivo à exportação (26) e dos incentivos fiscais (23). As linhas especiais de financiamento ao investimento aparecem com destaque no caso do Uruguai, da Argentina, Chile e Colômbia, ou seja, nos países que receberam a maior parte dos investimentos feitos pelas empresas da pesquisa.

No caso de os principais benefícios que as empresas avaliam derivarem de seus investimentos produtivos na região, chama atenção a predominância da opção “aumento da competitividade e/ou ganhos de *market share*” nos países de destino dos investimentos, o que é plenamente compatível com a motivação principal dos investimentos, conforme já observado. Doze das 16 empresas da pesquisa apontaram esta opção como o principal benefício dos investimentos.

Consolidando-se as respostas das empresas e atribuindo pesos 3, 2 e 1 aos benefícios apontados, segundo seu grau de importância para as empresas, tem-se que esta opção soma um total de 43 pontos, muito à frente da segunda colocada (com 18 pontos), o crescimento das exportações a partir de suas subsidiárias produtivas na região. A terceira posição (15 pontos) é ocupada pela maior estabilidade na evolução do faturamento global da empresa permitida pelos investimentos na região.

5.6 PERSPECTIVAS E PRIORIDADES DE POLÍTICA PÚBLICA

Ao responder à pergunta sobre a tendência futura (próximos três a cinco anos) em relação ao peso dos investimentos na região no total de seus investimentos externos, nove preveem aumento desta participação, três preveem redução e quatro estabilidade em relação ao quadro atual. O aumento ou redução do peso futuro dos investimentos na região não significa nem que estes crescerão expressivamente nem que serão reduzidos, já que esta evolução depende da evolução do total dos investimentos externos das empresas. Assim, por exemplo, uma empresa pode aumentar investimentos na região, mas o peso destes no total dos investimentos externos cair ao mesmo tempo, caso ela aumente relativamente mais seus investimentos fora do que dentro da região.

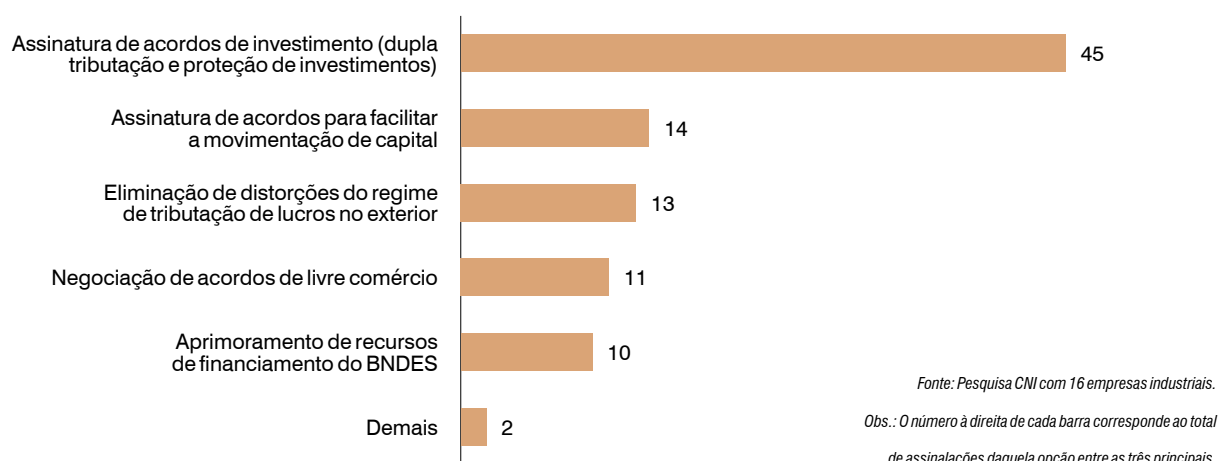
Feita esta ressalva, é interessante observar que as três empresas que preveem redução do peso dos seus investimentos na região têm produção em países que passam por instabilidade econômica crônica (Argentina e Venezuela). Por outro lado, chama a atenção o fato de que a grande maioria de empresas

que preveem aumento do peso de seus investimentos na região são empresas com produção em mais de um país sul-americano (além do Brasil, obviamente). Esta constatação sugere que há um grupo de empresas com presença produtiva em mais de um país da região e que pretende aumentar o peso desta em sua estratégia de internacionalização. De fato, das oito empresas presentes em três ou mais países da região, seis preveem aumentar o peso da América do Sul em seus investimentos externos, uma prevê mantê-los no atual tamanho relativo e uma prevê redução. Já entre oito empresas presentes em até dois países da região, apenas três preveem aumento do peso relativo da América do Sul em seus investimentos externos, outras três preveem estabilidade e duas reduções.

Na avaliação empresarial das medidas que o governo brasileiro deveria adotar para estimular a expansão dos investimentos das empresas nacionais na região, destaca-se a prioridade atribuída pelas empresas à agenda de negociação de acordos de investimentos. A negociação de acordos para evitar a dupla tributação é citada por seis empresas como a principal medida a ser adotada, seguida pela negociação de acordos de proteção de investimentos (quatro empresas). Como segunda prioridade, destaca-se a negociação de acordos intergovernamentais para facilitar a movimentação de capital (cinco empresas) e novamente a de acordos de proteção de investimentos (quatro empresas).

Utilizando a metodologia de consolidação das prioridades por meio da atribuição de pesos segundo a relevância atribuída às opções oferecidas, tem-se que os acordos para evitar a dupla tributação alcançam 23 pontos; os acordos de proteção de investimentos, 22, e a negociação de acordos para facilitar a movimentação de capitais, 14. Ou seja, as três negociações totalizaram, juntas, 59 pontos de um total de 105 pontos possíveis (Gráfico 5). Se aos 59 se somarem os pontos atribuíveis à opção de negociação de acordos de livre comércio (11), chega-se a um total de 70 pontos em 105 possíveis. Portanto, a agenda de negociações de investimentos e, secundariamente, comercial aparece como a grande prioridade de política para as empresas da pesquisa, superando de longe medidas domésticas (que totalizaram 23 pontos), como a eliminação de distorções do regime brasileiro de tributação de lucros no exterior e o aprimoramento dos mecanismos de financiamento público aos investimentos externos.

GRÁFICO 6 – PRIORIDADES DE POLÍTICA NO BRASIL PARA ESTIMULAR IED NA REGIÃO – RANKING DAS TRÊS PRINCIPAIS PRIORIDADES



O país prioritário para a negociação dos três tipos de acordos de investimentos é a Argentina, citada 16 vezes em um dos três acordos e o país mais citado em cada um deles. A Venezuela aparece com quatro citações: duas relativas à negociação de acordos de investimentos e duas referentes a acordos para facilitar a movimentação de capital. Já Colômbia e, secundariamente, Uruguai são apontados como prioridades para a negociação de acordos para evitar a bitributação.

5.7 FATOS ESTILIZADOS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA COM INVESTIDORES INDUSTRIAIS NA AMÉRICA DO SUL

A partir da pesquisa realizada junto a 16 empresas industriais, alguns fatos estilizados acerca dos investimentos produtivos do Brasil na América do Sul emergem com nitidez:

- A grande motivação das empresas para realizar investimentos produtivos em outros países da região é o acesso ao mercado de destino do investimento em condições competitivas, em um cenário de perda de competitividade das exportações brasileiras e dentro de uma estratégia de diversificação de riscos. Acesso a insumos é, para as empresas de setores intensivos em recursos naturais, a principal motivação. Especialmente no caso de investimentos na Argentina, a superação de barreiras comerciais também funcionou como estímulo ao investimento brasileiro.
- Os benefícios gerados pelos investimentos, tais como percebidos pelas empresas, correspondem aos objetivos visados: ganhos de *market share* e de competitividade nos mercados-alvo dos investimentos. A modalidade dominante de entrada – a aquisição de empresa e de marcas sem associação com locais – acelera a concretização destes objetivos ao tempo que mitiga riscos comerciais do investimento e da operação.
- A Argentina ainda é o principal mercado de destino dos investimentos produtivos brasileiros na região e, em muitos casos, é a “porta de entrada” da internacionalização das empresas na América do Sul. Diversas empresas do grupo pesquisado já acumulam experiência relativamente longa na Argentina, tendo convivido com oscilações significativas no cenário econômico e político local.
- Apesar da relevância argentina para os investimentos brasileiros, está em curso processo de diversificação geográfica do destino dos investimentos, que vai além do Chile – segundo principal destino das inversões brasileiras na região, em meados da década passada – e inclui o Peru, a Colômbia, o Uruguai e, com menor intensidade, o Paraguai.
- O ambiente político e regulatório na região constitui o principal obstáculo para os IED e para a operação de empresas brasileiras nos países sul-americanos. Entre os obstáculos enfrentados pelas empresas em seus investimentos e nas operações em países da região, o principal ficou por conta da regulação e/ou o controle de preço, resultado certamente correlacionado à presença de um número importante de investimentos na Argentina. A legislação trabalhista doméstica também foi identificada como um dos principais obstáculos aos investimentos e operações das empresas brasileiras, ao lado da elevada concorrência nos mercados visados pelo investimento – no caso, trata-se quase que exclusivamente de Chile, Colômbia e Peru, das dificuldades de acesso a recursos naturais, burocracia para obtenção de licenças e resistências de comunidades locais etc.
- A experiência com ambientes políticos e econômicos complexos em países da região (não apenas na Argentina) e a trajetória de diversificação geográfica dos investimentos produtivos brasileiros são dois fatores que parecem ter impactado as percepções e a agenda das empresas com investimentos produtivos na região.
- No que se refere ao primeiro deles – a experiência com ambientes onde o risco político é elevado – alguns temas ganham destaque na agenda das empresas brasileiras. Em primeiro lugar, a prioridade que adquirem as negociações de acordos de proteção de investimento e de liberalização dos movimentos de capital. Esses temas ocupavam posição nitidamente menos importante em pesquisas anteriores realizadas pela CNI acerca da agenda de interesses dos investidores brasileiros no exterior (CNI, 2013). Em segundo lugar, a relevância atribuída a obstáculos ao investimento relacio-

nados à regulação doméstica e às dificuldades de relacionamento com *stakeholders* locais – dos entes públicos às comunidades afetadas pelos investimentos.

- O segundo fator apontado – a diversificação geográfica dos investimentos – também parece moldar as percepções e a agenda dos investidores brasileiros na região. Aqui, as dificuldades associadas à concorrência acirrada enfrentada pelas empresas em mercados mais abertos ao comércio internacional e em que o Brasil não tem preferências comerciais *vis-à-vis* de seus concorrentes diretos – é o que ocorre nos países da Aliança do Pacífico – trazem um novo elemento que não aparecia com relevância quando os investimentos estavam mais concentrados na Argentina.
- A diversificação também se associa, embora não majoritariamente, à motivação de acessar terceiros mercados a partir de exportações geradas pelo projeto de investimento em países com rede extensa de acordos comerciais. Além disso, ela traz para a agenda, com maior peso, o tema da assinatura de acordos para evitar a dupla tributação.
- Registre-se, ainda, que também entre empresas com investimentos em países da Aliança do Pacífico – mais estáveis e previsíveis – observa-se que o tema dos acordos de proteção de investimentos é tratado como prioridade.



6. CONCLUSÕES

A partir do início do século, a América do Sul ganhou relevância como destino dos IED globais. Essa tendência é registrada tanto nas estatísticas de fluxos quanto de estoques de IED. No entanto, por trás deste crescimento agregado, podem-se distinguir duas tendências contrastantes: o aumento do peso dos países com políticas liberalizantes de inserção internacional (Chile, Colômbia e Peru) e a queda na participação (na região) dos países que implementaram, em graus diversos, é verdade, políticas refratárias aos capitais estrangeiros – Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela.

É neste quadro que a China fez sua entrada como investidor externo relevante na região, essencialmente a partir de 2010. Seus alvos são setores que possam contribuir para a sua estratégia nacional de segurança energética e alimentar, seu vetor de entrada são as empresas estatais e seu alvo principal, em termos de mercados, são – além do Brasil – Venezuela, Argentina, Equador e Peru. Um padrão de alocação setorial e geográfica dos IED que difere nitidamente daquele observado, a partir de 2000, para os fluxos globais, mas que deve se intensificar nos próximos anos, em um movimento associado ao redirecionamento do modelo de desenvolvimento chinês.

Os investidores brasileiros podem, portanto, contar com a concorrência chinesa na região, nos próximos anos, embora seja importante chamar a atenção para o fato de que a concentração das empresas chinesas em setores produtores e exportadores de *commodities* significa, para a indústria de transformação brasileira, que a competição chinesa com os produtos brasileiros nos mercados sul-americanos continuará a ter como origem o comércio, ou seja, a exportação da China em direção à região. Nesse sentido, acordos entre a China e países sul-americanos, como o recentemente assinado com a Argentina, podem gerar novos fluxos de exportação chinesa para a região, com impactos negativos sobre a posição das empresas brasileiras nos mercados impactados por estes acordos.

Os IED brasileiros na região seguem um padrão de evolução que se aproxima muito mais daquele observado para os fluxos globais do que do padrão que caracteriza os investimentos chineses e isso tanto em termos de composição setorial quanto de países de destino dos investimentos. Embora setores intensivos em recursos naturais tenham peso razoável nos IED brasileiros na região, há uma razoável diversificação setorial nestes, dentro da indústria de transformação. Boa parte desta diversificação deriva

do perfil de investimentos brasileiros na Argentina, já que, no caso dos outros países, os investimentos brasileiros mostram um grau maior de especialização setorial.

Em termos de direcionamento geográfico, observa-se – como no caso dos fluxos globais direcionados à América do Sul – crescimento do peso de Chile, Colômbia e Peru, de um lado, e perda de participação de Argentina e Venezuela, de outro.

A Argentina e o Chile são os dois principais destinos dos investimentos externos brasileiros: o primeiro país apresenta tendência de queda como destino dos investimentos brasileiros, enquanto a participação do segundo em fluxos e estoque cresce.

A partir da pesquisa realizada junto a 16 empresas industriais, alguns fatos estilizados acerca dos investimentos produtivos do Brasil na América do Sul emergem com nitidez:

- A grande motivação das empresas para realizar investimentos produtivos em outros países da região é o acesso ao mercado de destino do investimento em condições competitivas, em um cenário de perda de competitividade das exportações brasileiras e dentro de uma estratégia de diversificação de riscos. Acesso a insumos é, para as empresas de setores intensivos em recursos naturais, a principal motivação. Especialmente no caso de investimentos na Argentina, a superação de barreiras comerciais também funcionou como estímulo ao investimento brasileiro.
- A Argentina ainda é o principal mercado de destino dos investimentos produtivos brasileiros na região e, em muitos casos, é a “porta de entrada” da internacionalização das empresas na América do Sul. Diversas empresas do grupo pesquisado já acumulam experiência relativamente longa na Argentina, tendo convivido com oscilações significativas no cenário econômico e político local.
- Apesar da relevância argentina para os investimentos brasileiros, está em curso processo de diversificação geográfica do destino dos investimentos, que vai além do Chile – segundo principal destino das inversões brasileiras na região, em meados da década passada – e inclui o Peru, a Colômbia, o Uruguai e, com menor intensidade, o Paraguai.
- A experiência com ambientes políticos e econômicos complexos em países da região (não apenas na Argentina) e a trajetória de diversificação geográfica dos investimentos produtivos brasileiros são dois fatores que parecem ter impactado as percepções e a agenda das empresas com investimentos produtivos na região.
- No que se refere ao primeiro deles – a experiência com ambientes onde o risco político é elevado – alguns temas ganham destaque na agenda das empresas brasileiras. Em primeiro lugar, a prioridade que adquirem as negociações de acordos de proteção de investimento e de liberalização dos movimentos de capital. Esses temas ocupavam posição nitidamente menos importante em pesquisas anteriores realizadas pela CNI acerca da agenda de interesses dos investidores brasileiros no exterior (CNI, 2013). Em segundo lugar, a relevância atribuída a obstáculos ao investimento relacionados à regulação doméstica e às dificuldades de relacionamento com *stakeholders* locais – dos entes públicos às comunidades afetadas pelos investimentos.
- O segundo fator apontado – a diversificação geográfica dos investimentos – também parece moldar as percepções e a agenda dos investidores brasileiros na região. Aqui, as dificuldades associadas à concorrência acirrada enfrentada pelas empresas em mercados mais abertos ao comércio internacional e em que o Brasil não tem preferências comerciais *vis-à-vis* de seus concorrentes diretos – é

o que ocorre nos países da Aliança do Pacífico – trazem um novo elemento que não aparecia com relevância quando os investimentos estavam mais concentrados na Argentina.

- A diversificação também se associa, embora não majoritariamente, à motivação de acessar terceiros mercados a partir de exportações geradas pelo projeto de investimento em países com rede extensa de acordos comerciais.



REFERÊNCIAS

BEESON, M.; SOKO, M.; YONG, W. **Resource politics and diplomacy beyond the European Union: China, Australia and South Africa.** GRE.EN paper. 2013.

CEBC – CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Boletim de investimentos chineses no Brasil 2012-2013. 2014.** Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/boletim_de_investimentos_-_final_0.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil 2007 – 2012.** 2013. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul:** investimentos diretos no exterior. Brasília: CNI, 2007.

_____. **Investimentos e inovação.** Brasília: CNI, 2013.

DUSSEL-PETERS, E. Características de la inversión directa china en América Latina 2000 – 2011. In: DUSSEL-PETERS, E. (Coord.). **América Latina y el Caribe – China:** economía, comercio e inversiones. [S.l.: s.n], 2013.

IRWIN, A.; GALLAGHER, K. P. **Chinese investment in Peru:** a comparative analysis, working group on development and environment in the Americas. n. 34, Dez. 2012. (Discussion paper).

KOCH-WESSER, J. **Chinese mining activity in Latin America:** a review of recent findings, the Inter-American dialogue, report. Set. 2014.

MORAN, T; KOTSCHWAR, B.R.; MUIR, J. **Chinese investment in Latin American resources:** the good, the bad, and the ugly, Peterson Institute for International Economics. 2012. (Working Paper 12).

SAUVANT, K. P.; CHEN, V. Z. **China’s regulatory framework for outward foreign direct investment, East Asian Bureau of Economic Research.** Out. 2013. (Paper n. 88).



ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA JUNTO ÀS EMPRESAS

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Razão Social*:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

UF: CEP:

Telefone(s) com código da cidade: ()

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome:

Cargo:

*E-mail**

A) O PERFIL DOS INVESTIMENTOS PRODUTIVOS DA EMPRESA NA AMÉRICA DO SUL E NO MUNDO

1) Em que países sua empresa possui INVESTIMENTOS PRODUTIVOS na América do Sul? (Informe os países por ordem de relevância do investimento para a sua empresa).

País 1:

País 2:

País 3:

País 4:

2) Em que anos a empresa iniciou seus investimentos produtivos nos países citados acima?

País 1:

País 2:

País 3:

País 4:

3) Se a empresa tiver investimentos produtivos em outras regiões do mundo, assinalar os três principais países-alvo destes investimentos, por ordem de importância:

1.

2.

3.

4) Qual o peso da América do Sul no total dos investimentos produtivos da empresa no exterior?

() menos de 10%

() de 10% a 25%

() de 25% a 50%

() de 50% a 75%

() acima de 75% e menor que 100%

() 100%

B) INVESTIMENTOS PRODUTIVOS E EXPORTAÇÕES

5) Antes de fazer os investimentos nesses países, a empresa exportava regularmente para eles?

	Sim, regularmente	Sim, esporadicamente	Não
País 1:			
País 2:			
País 3:			
País 4:			

C) MODALIDADES E MOTIVAÇÕES DOS INVESTIMENTOS

6) Quais as principais modalidades usadas para o investimento produtivo de sua empresa no exterior? (Assinale as 2 (duas) modalidades mais frequentes, sendo 1 a modalidade mais frequente).

Investimento em unidade de produção nova, sem associação com empresas locais.	
Aquisição de plantas e/ou empresas já existentes, sem associação com empresas locais.	
Fusão ou associação (<i>joint ventures</i> , por exemplo) com empresas locais.	
Outros (especificar):	

7) Quais as razões da escolha da(s) modalidade(s) de investimento produtivo selecionadas acima? (Classifique as três razões mais importantes para cada país, sendo 1 a mais importante e 3 a menos).

	País 1	País 2	País 3	País 4
Reduzir os riscos comerciais do investimento				
Reduzir os riscos políticos do investimento				
Garantir acesso a marcas e a <i>market shares</i> da empresa adquirida				
Manter o controle integral da operação da subsidiária				
Não comprometer padrões tecnológicos e de gestão da empresa				
Outros (especificar):				

8) Quais as principais motivações para sua empresa investir na América do Sul? (Classifique as três motivações mais importantes para cada país, sendo 1 a mais importante e 3 a menos).

8.1. Motivações relacionadas ao Brasil

	Motivações
Diversificar riscos quanto ao ciclo econômico no Brasil	
Aumento da competição no Brasil e perda de <i>market share</i> doméstico	
Compensar perda de competitividade das exportações a partir do Brasil	
Beneficiar-se da valorização do real para a aquisição de ativos nos países-alvo do investimento	
Outras (especificar):	

8.2. Motivações relacionadas ao países-alvo do investimento (classifique as 3 motivações mais importantes para cada país, sendo 1 a mais importante e 3 a menos).

	País 1	País 2	País 3	País 4
Acesso ao mercado doméstico do país				
Acesso a recursos naturais				
Acesso a insumos mais baratos para a produção no Brasil ou em um terceiro país				
Acesso a incentivos fiscais no país de destino do investimento				
Driblar barreiras comerciais às exportações para o país-alvo do investimento				
Driblar barreiras logísticas às exportações para o país-alvo do investimento				
Acesso a outros mercados em países com os quais o país-alvo do investimento tem acordos de livre comércio				
Outra (especificar):				

D) A COMPETIÇÃO NOS PAÍSES-ALVO DOS INVESTIMENTOS

9) Quais são os três principais países competidores (inclusive o próprio país-alvo do investimento, se for o caso) de sua empresa nos países em que ela tem investimentos produtivos na América do Sul? (Classifique os três principais competidores mais importantes para cada país, sendo 1 o mais importante e 3 a menos).

Competidores	País 1	País 2	País 3	País 4
1				
2				
3				

10) A competição que sua empresa sofre nos países sul-americanos em que tem investimentos produtivos está relacionada a: (escolha uma ou mais opções, classificando-as segundo ordem de importância, sendo 1 a de maior importância e 3 a de menor importância).

	País 1	País 2	País 3	País 4
Importações oriundas de outros países				
Investimentos feitos por outros países no país-alvo do investimento				
Combinação de importações com produtos gerados por investimentos de outros países				

E) OBSTÁCULOS E INCENTIVOS AOS INVESTIMENTOS

11) Quais os principais obstáculos encontrados por sua empresa nos seus investimentos e nas operações de suas unidades produtivas na América do Sul? (classifique os três principais obstáculos para cada país, sendo 1 o mais importante e 3 o menos)

Obstáculos	País 1	País 2	País 3	País 4
Tarifas elevadas na importação de insumos				
Tarifas elevadas na importação de produtos complementares aos produzidos localmente pela empresa				
Regulação e/ou controle de preços				
Legislação tributária doméstica				
Legislação trabalhista				
Normas ambientais				

Obstáculos	País 1	País 2	País 3	País 4
Resistências de comunidades locais ao investimento				
Críticas ou oposição de ONGs ambientais ou trabalhistas				
Falta de proteção propriedade intelectual e a patentes				
Ausência de tratados bilaterais de proteção ao investimento				
Ausência de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação				
Outros (especificar):				

12) Que tipo de incentivos oferecidos pelos países-hóspedes beneficiam a empresa em seus investimentos produtivos na América do Sul? (classifique até 3 tipos de incentivos para cada país, sendo 1 o mais importante e 3 o menos)

	País 1	País 2	País 3	País 4
Incentivos fiscais				
Linhas especiais de financiamento ao investimento				
Medidas de facilitação de trâmites burocráticos para a operação da empresa (<i>drawback</i> , etc.)				
Incentivos à exportação				
"Contratos de estabilidade" entre a empresa e governos federais e provinciais				
Outros (especificar):				

13) Quanto às políticas nacionais de investimento nos países-alvo dos investimentos da empresa na América do Sul, há exigências (ou condicionamento da concessão de benefícios) relacionadas ao atingimento de percentuais de conteúdo nacional na produção de bens?

	País 1	País 2	País 3	País 4
Sim				
Não				
Não sabe				

14) Ainda com relação a políticas nacionais de investimento nos países-alvo dos investimentos da empresa na América do Sul, há exigências (ou condicionamento da concessão de benefícios) relacionadas ao desempenho exportador da empresa investidora?

	País 1	País 2	País 3	País 4
Sim				
Não				
Não sabe				

F) O PESO DOS INVESTIMENTOS NA AMÉRICA DO SUL NO FATURAMENTO E NOS EMPREGOS DA EMPRESA

15) Aproximadamente, qual o percentual do faturamento bruto total da empresa (incluindo Brasil) representado pelas operações na América do Sul?

País 1:

País 2:

País 3:

País 4:

16) Aproximadamente, qual o percentual do total de empregados da empresa (incluindo Brasil) nos países da América do Sul?

País 1:

País 2:

País 3:

País 4:

G) OS BENEFÍCIOS DOS INVESTIMENTOS NA AMÉRICA DO SUL PARA A EMPRESA

17) Quais os principais benefícios para a empresa de seus investimentos produtivos na América do Sul? (Classifique os 3 principais benefícios, sendo 1 o mais importante e 3 o menos).

Aumento da competitividade / ganhos de <i>market share</i> nos países de destino dos investimentos	
Crescimento das exportações da empresa a partir de suas subsidiárias produtivas na América do Sul	
Maior estabilidade na evolução do faturamento global da empresa	
Ganhos de eficiência nas operações da empresa a partir da complementação produtiva e de exportações entre matriz e filiais	
Redução do custo dos insumos	
Outros (especificar):	

18) Em relação aos próximos 3 a 5 anos, o peso dos investimentos na América do Sul no total dos investimentos externos da empresa deve:

aumentar

diminuir

manter-se em seu nível atual

19) Que medidas o governo brasileiro poderia adotar para estimular a expansão dos investimentos de sua empresa na América do Sul? Indique as 3 principais, sendo 1 a mais importante.

Medidas	Importância	Países prioritários
Negociar acordos para evitar a dupla tributação		
Negociar acordos para a proteção de investimentos		
Negociar acordos de livre-comércio		
Investir na integração física da região		
Aprimorar os mecanismos de financiamento público ao investimento direto na América do Sul (linhas do BNDES)		
Oferecer apoio nos países de destino para facilitar a obtenção de visto de trabalho para trabalhadores brasileiros		
Negociar acordos intergovernamentais para facilitar a movimentação de capital		
Eliminar as atuais distorções do regime brasileiro de tributação dos lucros contábeis auferidos no exterior		
Eliminar a extraterritorialidade da legislação trabalhista brasileira para o caso de funcionários da empresa transferidos para o exterior		
Outras (especificar):		

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial – DDI

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor de Desenvolvimento Industrial

Gerência-Executiva de Negociações Internacionais – NEGINT

Soraya Saavedra Rosar

Gerente-Executiva de Negociações Internacionais

Fabrizio Panzini

Bruno Moraes

Iana Silvestre

Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros

Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves

Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

Walner de Oliveira Pessôa

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato

Diretor de Serviços Corporativos

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Mara Lucia Gomes

Gerente de Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

Sandra Rios

Pedro da Motta Veiga

Elaboração



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA